

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS  
AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

RELATÓRIO E PARECER

---

**CONTA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

**DO ANO DE 2022**

PONTA DELGADA  
1 DE JULHO DE 2024



## Índice

<b>TRABALHOS DA COMISSÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>1.º CAPÍTULO - ENQUADRAMENTO JURÍDICO .....</b>	<b>4</b>
<b>2.º CAPÍTULO - APRECIÇÃO NA GENERALIDADE .....</b>	<b>4</b>
<b>3.º CAPÍTULO - APRECIÇÃO NA ESPECIALIDADE .....</b>	<b>5</b>
A) RECEITA.....	5
B) DESPESA.....	10
C) OPERAÇÕES EXTRAORÇAMENTAIS.....	15
D) PLANO DE INVESTIMENTOS.....	15
E) COVID-19 .....	17
F) FURACÃO LORENZO.....	17
G) PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIENCIA (PRR) .....	17
H) DÍVIDA PÚBLICA E OUTRAS RESPONSABILIDADES.....	18
I) PATRIMÓNIO .....	24
J) FLUXOS FINANCEIROS.....	28
K) RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS.....	29
<b>4.º CAPÍTULO - CONCLUSÃO E PARECER.....</b>	<b>41</b>



## Índice de Ilustrações

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DA RECEITA (2015-2022).....	6
GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS IMPOSTOS (2014-2022) .....	8
GRÁFICO 3 – OUTRAS RECEITAS.....	9
GRÁFICO 4 – TRANSFERÊNCIAS .....	10
GRÁFICO 5 – DESPESAS CORRENTES .....	12
GRÁFICO 6 – DESPESAS DE CAPITAL.....	132
GRÁFICO 7 – DESPESAS.....	133
GRÁFICO 8 – EVOLUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES.....	134
GRÁFICO 9 - PAGAMENTOS EFETUADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA.....	14

## Índice de Quadros

QUADRO 1- RECEITAS .....	5
QUADRO 2 - RECEITA DO SUBSECTOR DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DIRETA (2015-2022).....	6
QUADRO 3 - COMPOSIÇÃO DA RECEITA PRÓPRIA .....	6
QUADRO 4 - RECEITA FISCAL DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DIRETA.....	7
QUADRO 5 - EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS IMPOSTOS (2014-2022).....	7
QUADRO 6 - OUTRAS RECEITAS .....	8
QUADRO 7 - TRANSFERÊNCIAS.....	9
QUADRO 8 - DESPESA DO SECTOR PÚBLICO ADMINISTRATIVO REGIONAL.....	11
QUADRO 9 - EVOLUÇÃO DA DESPESA DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DIRETA POR FUNÇÕES.....	13
QUADRO 10 - PAGAMENTOS EFETUADOS PELA ADMINITRAÇÃO PÚBLICA DIRETA.....	14
QUADRO 11 – DESPESA ADNINISTRATIVA REGIONAL INDIRETA .....	15
QUADRO 12 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO DE INVESTIMENTOS – 2022 .....	16
QUADRO 13 - DÍVIDA FINANCEIRA .....	20
QUADRO 14 - DÍVIDA NÃO FINANCEIRA .....	21
QUADRO 15 – AVALES.....	22
QUADRO 16 – VARIAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES COM CARTAS CONFORTO .....	23
QUADRO 17 - PATRIMÓNIO NÃO FINANCEIRO DA RAA.....	24
QUADRO 18 – POSIÇÃO DA CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS.....	25
QUADRO 19 - ENTIDADES CONTROLADAS PELA RAA.....	26
QUADRO 20 - PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS DA RAA – RESUMO.....	27



---

## TRABALHOS DA COMISSÃO

---

A Comissão Especializada Permanente de Economia analisou e emitiu parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2022, tendo em consideração o respetivo parecer emitido pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas e das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

---

### 1.º CAPÍTULO - ENQUADRAMENTO JURÍDICO

---

Compete à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos do n.º 1 do artigo n.º 232.º e da alínea p) do n.º 1 do artigo n.º 227.º da Constituição da República Portuguesa, bem como da alínea b) do n.º 1 do artigo 42.º do Estatuto Político – Administrativo da Região Autónoma dos Açores, aprovar as Contas da Região Autónoma dos Açores.

---

### 2.º CAPÍTULO - APRECIÇÃO NA GENERALIDADE

---

Encontra-se em apreciação a Proposta de Resolução n.º 14/XII, apresentada à Assembleia Legislativa pelo Governo Regional relativa à Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2022.

A referida Conta teve por base a execução do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2022, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 38/2021/A, de 23 de dezembro.

A Conta da Região Autónoma dos Açores de 2022 foi aprovada em Conselho de Governo por Resolução do Conselho do Governo n.º 103/2023 de 27 de junho de 2023.

Este documento reflete a estrutura orgânica do XIII GRA, aprovada pelo DRR n.º 28/2020/A, de 10 de dezembro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 3/2020/A, de 24 de dezembro, deu entrada na Assembleia no dia 28 de junho de 2023, tendo sido remetido à Comissão de Economia no dia 21 de março de 2024.

O parecer do Tribunal de Contas foi enviado a esta Comissão também em 31 de outubro de 2023.

Após parecer do Tribunal de Contas, foram remetidos os pareceres das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, para a Comissão



Permanente de Economia, ficando assim reunidos os elementos necessários à elaboração do presente relatório e parecer.

### 3.º CAPÍTULO - APRECIÇÃO NA ESPECIALIDADE

#### APRECIÇÃO NA ESPECIALIDADE:

##### A) RECEITA

A Receita Consolidada, do Sector Público Administrativo Regional, em 2022, atingiu o valor de 1.820,7 milhões de euros. Essa receita é constituída, essencialmente, por receitas fiscais, transferências e passivos financeiros.

**Quadro 1- Receitas**

Quadro 1 - Receita					
					Euro
Capítulos	Administração Regional Direta	Administração Regional Indireta			Sector Público Administrativo Regional
		Serviços e Fundos Autónomos (SFA)	Entidades Públicas Reclassificadas (EPR)	Total	
Impostos diretos	238 379 787	-	-	-	238 379 787
Impostos indiretos	505 842 602	-	-	-	505 842 602
Contribuições SS, CGA e ADSE	-	-	-	-	-
Taxas, multas e outras penalidades	10 001 732	15 340 649	298 172	15 638 821	25 640 553
Rendimentos da propriedade	3 343 070	863	178	1 040	3 344 110
Transferências correntes	208 466 334	422 448 926	255 320 116	677 769 042	242 416 698
Venda de bens e serviços correntes	4 003 795	5 479 769	11 963 735	17 443 504	17 784 460
Outras receitas correntes	246 579	443 375	2 082 268	2 525 643	2 731 960
<b>Receitas Correntes a)</b>	<b>970 283 899</b>	<b>443 713 583</b>	<b>269 664 468</b>	<b>713 378 051</b>	<b>1 036 140 170</b>
Venda de bens de investimento	285 690	-	100	100	285 790
Transferências de capital	197 996 528	82 724 819	19 982 787	102 707 606	201 094 542
Ativos financeiros	1 135 964	47 284	-	47 284	1 183 248
Passivos financeiros	455 000 000	-	8 263 987	8 263 987	463 263 987
Outras receitas de capital	91 878	13 989	356 043	370 032	461 910
<b>Receitas de Capital b)</b>	<b>654 510 060</b>	<b>82 786 091</b>	<b>28 602 917</b>	<b>111 389 009</b>	<b>666 289 477</b>
Reposições não abatidas nos pagamentos	2 354 027	403 772	60 451	464 223	2 818 250
Saldo da gerência anterior	82 620 851	21 665 184	11 226 969	32 892 153	115 513 004
<b>Outras Receitas c)</b>	<b>84 974 878</b>	<b>22 068 955</b>	<b>11 287 420</b>	<b>33 356 376</b>	<b>118 331 254</b>
<b>Receita Total a+b+c</b>	<b>1 709 768 837</b>	<b>548 568 630</b>	<b>309 554 806</b>	<b>858 123 435</b>	<b>1 820 760 901</b>

a) valor não resulta da soma as transferências correntes e as de capital, porque são deduzidas as transferências intra-internas.

As receitas foram repartidas pela Administração Regional Direta, cujo montante atingiu os 1.709,7 milhões de euros, e pela Administração Regional Indireta, no valor de 858,1 milhões de euros.

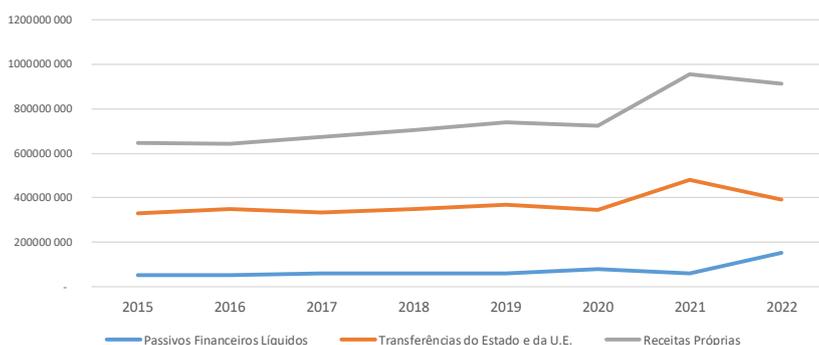


## Quadro 2 - Receita do subsector da Administração Regional direta (2015-2022)

Quadro 2 - Receita do subsector da Administração Regional Direta (2015-2022)								
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Passivos Financeiros Líquidos	49 857 000	49 557 000	59 607 000	59 742 000	60 000 000	77 593 000	60 000 000	152 000 000
Transferências do Estado e da U.E.	330 581 596	350 449 997	331 935 843	350 687 520	367 114 893	346 439 095	481 269 971	389 491 707
Receitas Próprias	647 606 007	641 803 342	673 750 449	702 683 128	740 643 800	723 083 488	954 206 623	913 985 573
Total	1 028 044 603	1 041 810 339	1 065 293 292	1 113 112 648	1 167 758 693	1 147 115 583	1 495 476 594	1 455 477 280

Em 2022 regista-se uma diminuição das Receitas Próprias em 40,2 milhões de euros e (-6,0%), tal como as Transferências do Estado e da U.E. em 91,7 milhões de euros (-26%) e um aumento dos Passivos Financeiros Líquidos em 154% (de 60 milhões de euros para 152 milhões de euros), nos quais está incluído o Covid.

Gráfico 1 – Evolução da Receita (2015-2022)



## Quadro 3 - Composição da Receita Própria

Quadro 3 - Composição da Receita Própria		
	Euros	%
<b>Receita Própria</b>		
Receita Fiscal	744 222 389	81,43
Taxas, Multas e outras penalidades	25 640 553	2,81
Rendimentos da propriedade	3 344 110	0,37
Venda de bens e serviços correntes	17 784 460	1,95
Venda de bens de investimento	285 690	0,03
Ativos Financeiros	1 183 248	0,13
Outras Receitas	3 193 869	0,35
Reposições não abatidas nos pagamentos	2 818 250	0,31
Saldo da gerência anterior	115 513 004	12,64
<b>Total</b>	<b>913 985 573</b>	<b>100,00</b>



Por sua vez, as Receitas Fiscais, no valor de 744,2 milhões de euros, representam cerca de 81,4 % do total das Receitas Próprias, enquanto as Outras Receitas representam apenas 0,35 %. O Saldo da Gerência Anterior representa 12,6% da Receita Própria.

**Quadro 4 - Receita Fiscal da Administração Regional Direta**

Quadro 4 - Receitas Fiscais		
Receita Fiscal	Valor	%
IRS	194 946 728	26,19
IRC	43 433 059	5,84
Imposto sobre sucessões e doações	-	-
Imposto de uso, porte e detenção de armas	-	-
Impostos diretos diversos	-	-
<b>Total Impostos Diretos</b>	<b>238 379 787</b>	<b>32,03</b>
ISP	46 844 571	6,29
IVA	362 137 263	48,66
Imposto sobre veículos	4 052 103	0,54
Imposto sobre o tabaco	48 163 329	6,47
Imposto sobre o álcool e bebidas alcoólicas	7 683 309	1,03
Imposto selo	28 139 636	3,78
Outros impostos indiretos s/consumo	4 939	
Jogo	1 651 941	
Imposto único de circulação	7 165 513	0,96
Impostos indiretos diversos	-	-
<b>Total Impostos Indiretos</b>	<b>505 842 602</b>	<b>67,97</b>
<b>Total Receita Fiscal</b>	<b>744 222 389</b>	<b>100,00</b>

Os Impostos Diretos, no valor de 238,3 milhões de euros (32,0% do total), são constituídos, sobretudo, pelo IRS e IRC, que representam, respetivamente, 26,1% e 5,8% da Receita Fiscal.

Os Impostos Indiretos, num total de 505,8 milhões de euros (68,0% da Receita Fiscal), são constituídos, essencialmente pelo IVA (362,1 milhões de euros), ISP (46,8 milhões de euros) e Imposto sobre o Tabaco (48,1 milhões de euros).

**Quadro 5 - Evolução dos Principais Impostos (2014-2022)**

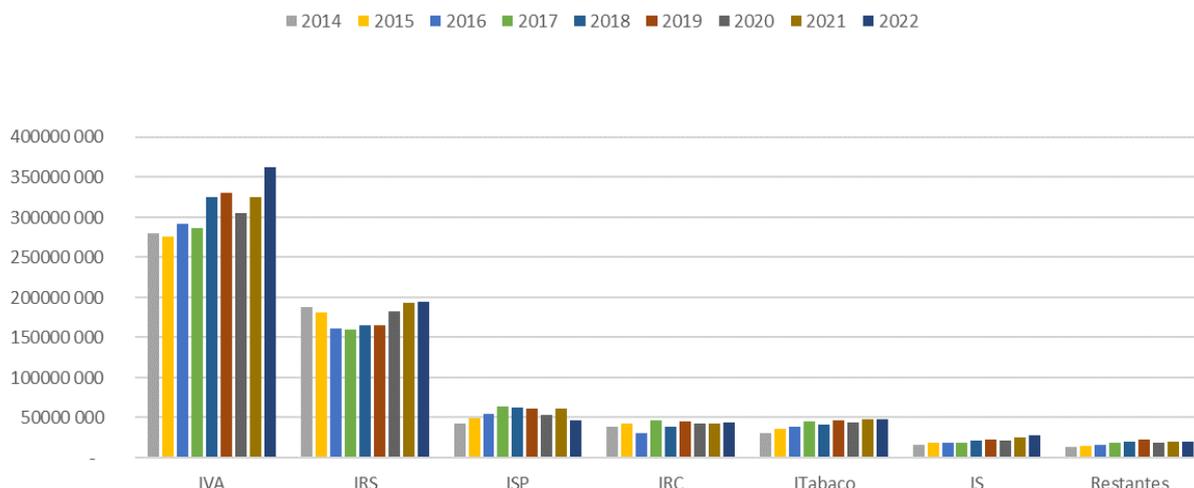
Quadro 5 - Evolução dos Principais Impostos (2014-2022)									
IMPOSTOS	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
IVA	279 357 461	276 585 589	292 460 343	286 089 233	325 052 610	330 974 646	304 773 963	324 667 164	362 137 263
IRS	188 423 714	181 742 958	160 869 900	160 583 496	165 307 290	165 363 726	182 831 509	193 764 716	194 946 728
ISP	42 861 534	49 416 292	55 079 177	63 810 441	63 118 225	60 728 128	53 540 292	61 907 219	46 844 571
IRC	38 934 901	43 153 779	30 545 201	46 373 559	39 058 280	44 689 020	43 310 273	42 366 016	43 433 059
ITabaco	30 220 409	35 857 721	38 038 910	45 435 025	41 700 493	47 172 245	44 337 449	47 437 759	48 163 329
IS	16 117 465	19 090 540	18 954 582	18 345 926	21 140 949	22 728 714	21 037 665	25 929 767	28 139 636
Restantes	13 398 727	14 202 165	16 241 380	18 767 040	19 991 718	22 883 130	18 195 502	19 853 403	20 557 803
<b>Total</b>	<b>609 314 211</b>	<b>620 049 043</b>	<b>612 189 493</b>	<b>639 404 720</b>	<b>675 369 565</b>	<b>694 539 610</b>	<b>668 026 654</b>	<b>715 926 043</b>	<b>744 222 389</b>



Em comparação com o ano anterior, houve um aumento das receitas fiscais de 28,2 milhões de euros (+4%), merecendo nota de destaque o aumento de 37,4 milhões de euros das receitas com o IVA (+12%), seguidos do IS em 2,2 milhões de euros (+9%), do IRS em 1,1 milhões de euros (+1%), IRC em 1 milhão (+3%), ITabaco em 0,7 milhões de euros (+2%) e nos restantes impostos receitas de 0,7 milhões de euros (+4%).

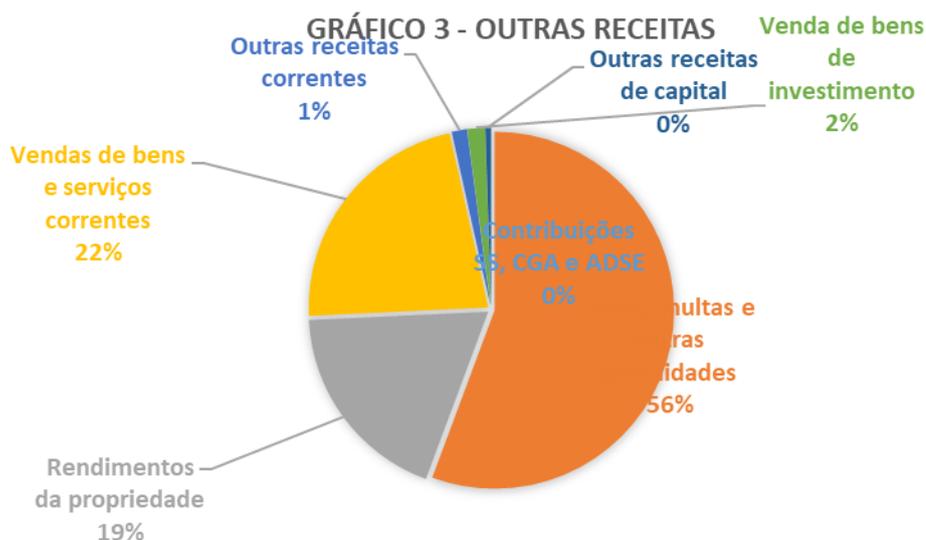
Pelo contrário, registou-se o um decréscimo de 15 milhões de euros do ISP (-24%).

**Gráfico 2 – Evolução dos Principais Impostos (2014-2022)**



**Quadro 6 - Outras Receitas**

		Euro	
Outras Receitas	Valor	%	
Contribuições SS, CGA e ADSE	-	-	
Taxas, multas e outras penalidades	10 001 732	55,65	
Rendimentos da propriedade	3 343 070	18,60	
Vendas de bens e serviços correntes	4 003 795	22,28	
Outras receitas correntes	246 579	1,37	
Venda de bens de investimento	285 690	1,59	
Outras receitas de capital	91 878	0,51	
<b>Total</b>	<b>17 972 744</b>	<b>100,00</b>	



Nas Outras Receitas, no valor de 17,9 milhões de euros, destacam-se as taxas, multas e outras penalidades, com 55,6% do total e a venda de bens e serviços correntes, com 22,2% do total.

#### ➤ Transferências

As Transferências, num total de 389,4 milhões de euros, provieram do Orçamento do Estado (75%) e da União Europeia (25%).

#### Quadro 7 – Transferências

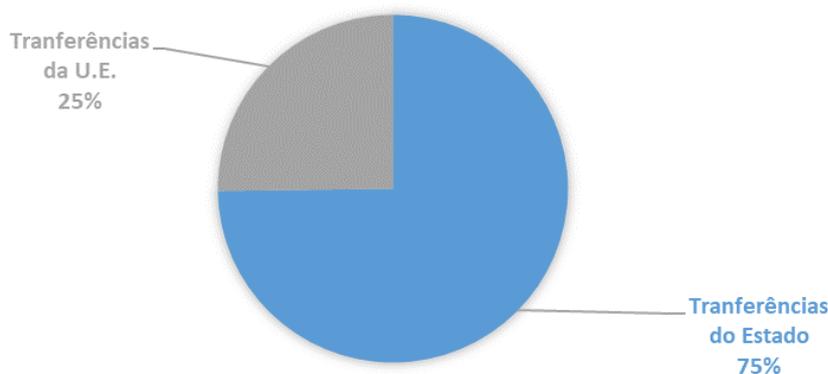
Quadro 7 - Transferências		
Transferências		Valor (€)
Estado	Subsídio Social de Mobilidade	10 052 445
	Princípio da Solidariedade	181 442 734
	Fundo de Coesão	99 769 615
	<b>Sub-total</b>	<b>291 264 794</b>
União Europeia	FEDER	78 737 210
	FSE	-
	FCOESAO	-
	FEADER - PRORURAL	287 170
	FEAMP - MAR 2020	734 668
	PRR	14 533 167
	Outros Fundos	3 934 697
<b>Sub-total</b>	<b>98 226 913</b>	
<b>Total</b>		<b>389 491 707</b>



As Transferências do Orçamento do Estado atingiram o montante de 291,2 milhões de euros, das quais, as transferências ao abrigo do Princípio da Solidariedade, com 181,4 milhões de euros, as do Fundo de Coesão, com 99,7 milhões de euros e as transferências relativas às obrigações de serviço público, no valor de cerca de 10 milhões de euros.

Nas Transferências da União Europeia, no montante total de 389,4 milhões de euros, assume maior peso a verba proveniente do FEDER, com 78,7 milhões de euros, o PRR, com 14,5 milhões de euros e de Outros Fundos, com 3,9 milhões de euros, bem como a verba do FEAMP, no valor de 0,73 milhões de euros e FEADER – PRORURAL 0,28 milhões de euros.

GRÁFICO 4 - TRANSFERÊNCIAS



As Transferências do Estado representam 75% do total, enquanto as Transferências da União Europeia atingem 25%.

➤ **Passivos Financeiros**

Os Passivos Financeiros, no ano de 2022 registados na Conta da Região Autónoma dos Açores foram 455 milhões de euros.

**B) DESPESA**

A despesa global consolidada do sector público administrativo regional, em 2022, atingiu o valor de 2.455,2 milhões de euros, dos quais 1.805,9 milhões de euros dizem respeito a despesas correntes e 649,2 milhões de euros a despesas de capital.



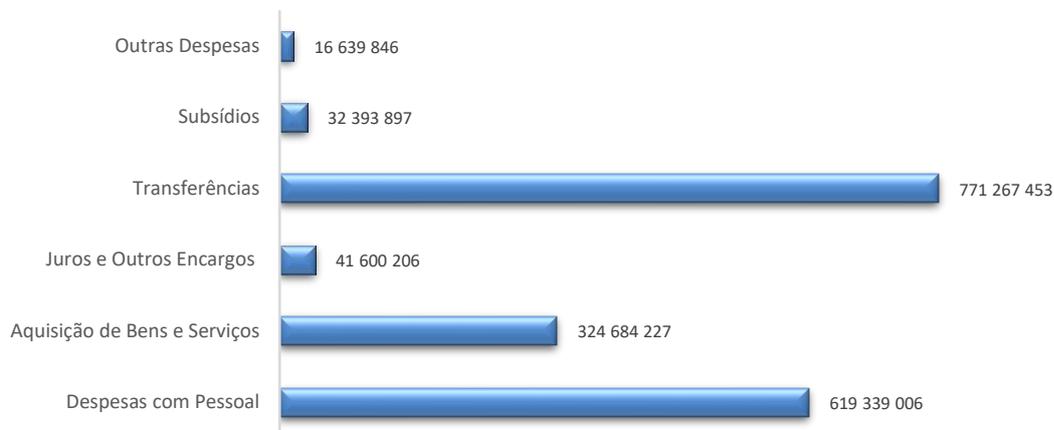
**Quadro 8 - Despesa do Sector Público Administrativo Regional**

<b>Quadro 8 - Despesa do Sector Público Administrativo Regional</b>				
Euros				
Designação	Administração Regional Direta ARD	Serviços e Fundos Autónomos SFA	Entidades Públicas Reclassificadas EPR	<b>Sector Público Administrativo Regional (Consolidado)</b>
<b>Despesas Correntes</b>				
Despesas com Pessoal	136 836 696	331 180 997	151 321 312	619 339 006
Aquisição de Bens e Serviços	102 582 897	97 611 548	124 489 781	324 684 227
Juros e Outros Encargos	39 762 463	1 065 795	771 947	41 600 206
Transferências [a)]	708 220 932	62 620 626	425 894	771 267 453
Subsídios	3 161 376	28 728 845	503 675	32 393 897
Outras Despesas	13 778 510	676 480	2 184 856	16 639 846
<b>Total Despesas Correntes</b>	<b>1 004 342 875</b>	<b>521 884 292</b>	<b>279 697 466</b>	<b>1 805 924 633</b>
<b>Despesas de Capital</b>				
Aquisição de Bens	50 411 817	6 717 149	13 081 482	70 210 448
Transferências [a)]	262 414 104	1 906 376	247 435	264 567 915
Ativos Financeiros	62 023 471	40 618	75 713	62 139 802
Passivos Financeiros	246 065 959	-	6 178 089	252 244 048
Outras Despesas	109 000	-	-	109 000
<b>Total Despesas de Capital</b>	<b>621 024 351</b>	<b>8 664 143</b>	<b>19 582 718</b>	<b>649 271 213</b>
<b>Total da Despesa</b>	<b>1 625 367 226</b>	<b>530 548 436</b>	<b>299 280 184</b>	<b>2 455 195 846</b>
<b>Despesa Efetiva (1)</b>	<b>1 317 277 796</b>	<b>530 507 818</b>	<b>293 026 382</b>	<b>2 140 811 996</b>
<b>Despesa Primária (2)</b>	<b>1 277 515 333</b>	<b>529 442 023</b>	<b>292 254 435</b>	<b>2 099 211 791</b>
<b>Despesa Corrente Primária (3)</b>	<b>964 580 412</b>	<b>520 818 497</b>	<b>278 925 519</b>	<b>1 764 324 427</b>
a) valor não corresponde ao somatório, porque são deduzidas as transferências intra-internas.				
(1) - Total da Despesa menos os Ativos Financeiros e os Passivos Financeiros				
(2) - Despesa Efetiva menos os Juros e Outros Encargos				
(3) - Despesa corrente menos os Juros e Outros Encargos				

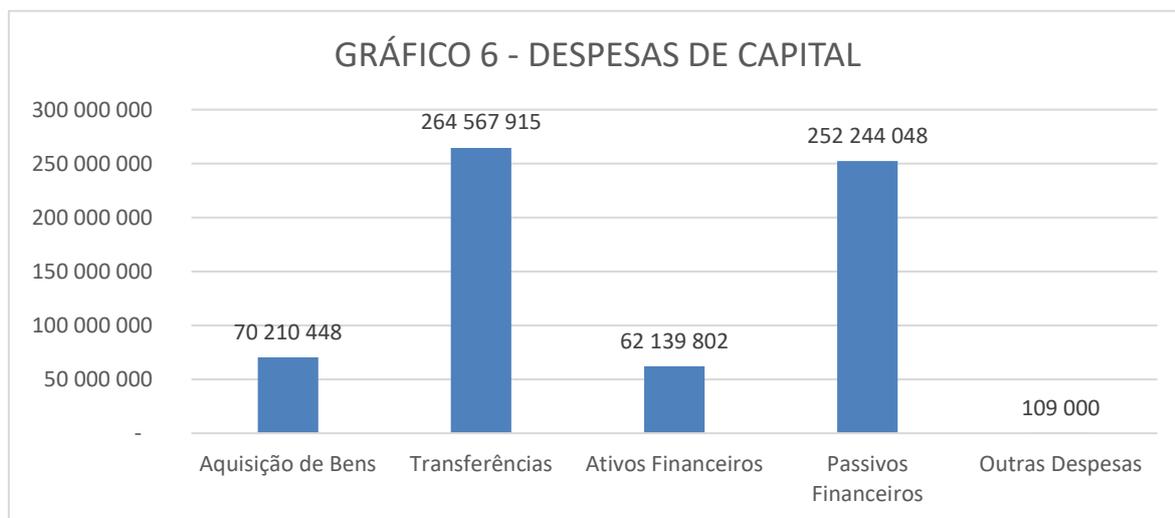
Nas despesas correntes, destacam-se os 619,3 milhões de euros de despesas com pessoal, que representaram 34,3% do total destas e os 324,6 milhões de euros afetos à aquisição de bens e serviços, que equivaleram a 18% deste agregado.



GRÁFICO 5 - DESPESAS CORRENTES



No que concerne às despesas de capital, destacam-se as transferências, 264,5 com milhões de euros (40,7%), os passivos financeiros, com 252,2 milhões de euros (38,9%) e aquisições de bens, com 70,2 milhões de euros (10,8%).

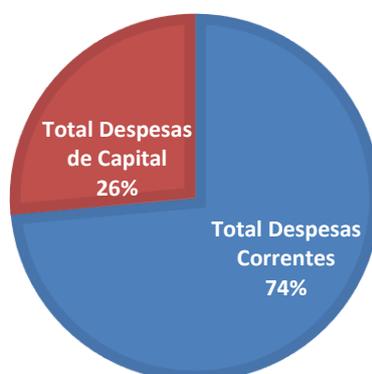


As Despesas de Capital, no valor de 649,2 milhões de euros, representaram 26% da Despesa Total, enquanto as Despesas Correntes, com 1.805,9 milhões de euros, atingiram 74%.



GRÁFICO 7 - DESPESAS

A



Despesa Efetiva (total das despesas menos os ativos e passivos financeiros) atingiu o valor de 2.140,8 milhões de euros, enquanto a Despesa Primária (despesa efetiva menos os juros e outros encargos) foi de 2.099,2 milhões de euros.

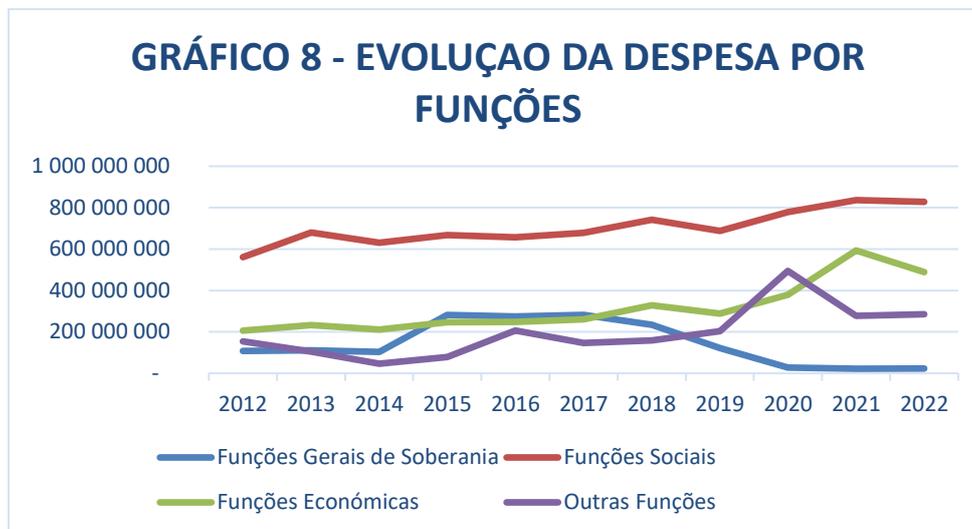
A despesa total da Administração Regional Direta atingiu os 1.625,3 milhões de euros, incluindo os passivos financeiros e operações extraorçamentais.

**Quadro 9 - Evolução da Despesa da Administração Regional Direta por Funções**

	Euro			
	2019	2020	2021	2022
Funções Gerais de Soberania	121 889 877	28 269 200	22 057 841	23 660 997
Funções Sociais	687 105 423	778 059 064	836 333 941	827 637 755
Funções Económicas	288 030 860	379 038 140	593 129 481	488 286 756
Outras Funções	202 838 111	494 296 165	277 343 156	285 781 719
<b>Total</b>	<b>1 299 864 270</b>	<b>1 679 662 569</b>	<b>1 728 864 419</b>	<b>1 625 367 226</b>

As funções sociais, com 50,9% do total da despesa, (827,6 milhões de euros) representam a maior proporção dos gastos da Administração Pública Regional, onde se incluem a Saúde e a Educação.

Seguem-se, em termos de representatividade, as outras funções, com 17% (285,7 milhões de euros), as funções económicas, onde se incluem a agricultura, as pescas, os transportes e comunicações, com 488,2 milhões de euros (30%) e as funções gerais de soberania, com 23,6 milhões de euros (1,5%).

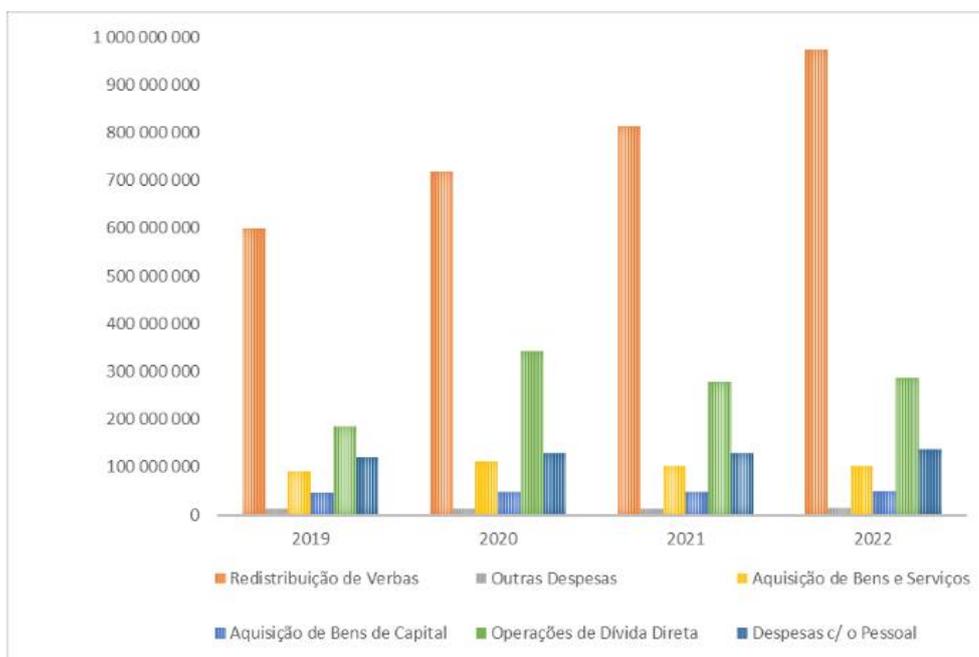


- **Pagamentos efetuados pela Administração Pública Direta** A rubrica Redistribuição de Verbas absorve 62,3% dos pagamentos efetuados, logo seguida da rubrica Operações de Dívida Direta, com 18,3% e Despesas com o Pessoal, com 8,8% do total dos pagamentos.

#### Quadro 10 – Pagamentos efetuados pela Administração Pública Direta

Quadro 11 - Pagamentos efetuados pela Administração Regional Direta								
Agrupamentos Económicos	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Redistribuição de Verbas	599 858 152	572 659 182	561 749 041	612 480 792	600 460 775	717 230 996	814 402 814	973 796 412
Outras Despesas	11 334 126	11 986 467	12 614 866	13 073 888	13 386 615	13 094 048	13 365 512	13 887 510
Aquisição de Bens e Serviços	53 289 705	80 115 268	92 831 557	94 233 507	91 596 482	111 197 729	100 906 239	102 582 897
Aquisição de Bens de Capital	43 113 796	49 001 255	61 535 791	57 388 062	45 822 031	47 547 387	47 994 480	50 411 817
Operações de Dívida Direta	33 229 714	153 613 461	88 030 480	96 649 329	184 745 363	342 851 128	277 411 261	285 828 422
Despesas c/ o Pessoal	306 197 793	313 253 614	320 564 573	320 297 608	120 884 696	127 833 910	128 586 627	136 836 696

#### Gráfico 9 – Pagamentos Efetuados pela Administração





➤ **Despesa da Administração Pública Indireta**

No que se refere à Despesa da Administração Regional Indireta, esta atingiu os 829,8 milhões de euros em 2022, dos quais 530,5 milhões de euros dos SFA-Serviços e Fundos Autónomos (63,9%) e 299,8 milhões de euros relativos às EPR-Entidades Públicas Reclassificadas (36,1%).

Quadro 11 - Despesa Administração Regional Indireta

Despesa	Euro		
	Serviços e Fundos Autónomos	Entidades Públicas Reclassificadas	Total
Despesas Correntes	521.884.292	279.697.466	<b>801.581.758</b>
Despesas de Capital	8.664.143	19.582.718	<b>28.246.862</b>
<b>Total</b>	<b>530.548.436</b>	<b>299.280.184</b>	<b>829.828.620</b>

Face ao total das despesas, cerca de 801,5 milhões de euros resultam das Despesas Correntes (96,6%), enquanto os restantes 28,2 milhões de euros tiveram origem nas Despesas de Capital (3,4%).

O saldo orçamental em 2022, foi deficitário em 152,9 milhões de euros.

**C) OPERAÇÕES EXTRAORÇAMENTAIS**

As operações extraorçamentais registaram uma execução de 230,4 milhões de euros, dos quais 203,3 milhões de euros referentes a Outras Operações de Tesouraria e 27,1 milhões de euros referente a Operações de Tesouraria.

**D) PLANO DE INVESTIMENTOS**

O valor global do Investimento Público previsto, para 2022, ascendeu a 781,4 milhões de euros, tendo sido executados 517,2 milhões de euros, a que corresponde uma taxa de execução de 66,2%.



**Quadro 12 - Execução Financeira do Plano de Investimentos – 2022**

Quadro 13 - Execução Financeira do Plano de Investimentos - 2022						
Nº	Objetivo / Programa	% e Euro				
		Dotação Revista		Executado		Tx Exec
		Euro	%	Euro	%	%
<b>Políticas para a Coesão Social e para a Igualdade de Oportunidades</b>		<b>213 151 647</b>	<b>27,28</b>	<b>161 745 589</b>	<b>31,28</b>	<b>75,88</b>
2	Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades	56 222 273	7,20	39 528 309	7,64	70,31
3	Competitividade Empresarial e Administração Pública	165 000	0,02	149 011	0,03	90,31
4	Educação	40 105 130	5,13	33 305 617	6,44	83,05
5	Saúde, Desporto e Proteção Civil	45 903 584	5,87	37 235 907	7,20	81,12
7	Pescas, Aquicultura e Assuntos do Mar	91 832	0,01	47 036	0,01	51,22
8	Cultura, Ciência e Transição Digital	6 187 248	0,79	4 700 519	0,91	75,97
10	Transportes, Turismo e Energia	113 066	0,01	64 452	0,01	57,00
11	Juventude, Emprego, Comércio e Indústria	31 348 893	4,01	26 273 995	5,08	83,81
12	Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	33 014 621	4,23	20 440 743	3,95	61,91
<b>Um Futuro Mais Digital e Ecológico no Seio da Sociedade do Conhecimento</b>		<b>282 092 481</b>	<b>36,10</b>	<b>137 759 991</b>	<b>26,64</b>	<b>48,84</b>
2	Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades	52 416 232	6,71	35 803 790	6,92	68,31
3	Competitividade Empresarial e Administração Pública	42 790 500	5,48	44 970	0,01	0,11
5	Saúde, Desporto e Proteção Civil	1 611 680	0,21	1 343 885	0,26	83,38
6	Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	62 519 265	8,00	49 200 726	9,51	78,70
7	Pescas, Aquicultura e Assuntos do Mar	23 338 025	2,99	15 426 830	2,98	66,10
8	Cultura, Ciência e Transição Digital	11 085 496	1,42	5 270 599	1,02	47,54
9	Ambiente, Alterações Climáticas e Território	19 971 409	2,56	11 305 309	2,19	56,61
10	Transportes, Turismo e Energia	45 897 664	5,87	4 009 195	0,78	8,74
11	Juventude, Emprego, Comércio e Indústria	11 421 000	1,46	8 509 822	1,65	74,51
12	Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	11 041 210	1,41	6 844 865	1,32	61,99
<b>Uma Governação ao Serviço das Pessoas, próxima e Transparente</b>		<b>93 485 178</b>	<b>11,96</b>	<b>66 763 973</b>	<b>12,91</b>	<b>71,42</b>
1	Informação, Comunicação e Cooperação Externa	1 544 500	0,20	1 046 435	0,20	67,75
2	Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades	3 254 987	0,42	2 500 112	0,48	76,81
3	Competitividade Empresarial e Administração Pública	13 728 455	1,76	7 867 517	1,52	57,31
11	Juventude, Emprego, Comércio e Indústria	36 296 214	4,65	36 243 985	7,01	99,86
12	Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	38 661 022	4,95	19 105 924	3,69	49,42
<b>Afirmar os Açores no Mundo</b>		<b>192 623 860</b>	<b>24,65</b>	<b>150 868 624</b>	<b>29,17</b>	<b>78,32</b>
1	Informação, Comunicação e Cooperação Externa	511 349	0,07	219 800	0,04	42,98
2	Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades	3 136 321	0,40	2 144 359	0,41	68,37
7	Pescas, Aquicultura e Assuntos do Mar	699 858	0,09	334 644	0,06	47,82
10	Transportes, Turismo e Energia	184 596 407	23,63	146 520 918	28,33	79,37
12	Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	3 679 925	0,47	1 648 903	0,32	44,81
<b>TOTAL</b>		<b>781 353 166</b>	<b>100,00</b>	<b>517 138 177</b>	<b>100,00</b>	<b>66,18</b>



**E) COVID-19**

No âmbito da pandemia COVID-19 e das correspondentes medidas de combate e mitigação do risco, o valor pago em 2022 ascende 42 132 522,03€.

**F) FURACÃO LORENZO**

Na proposta de Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2022 foram tidas em conta as seguintes transferências: 10 milhões de euros relativos aos montantes pagos aos operadores pela prestação de serviço público no transporte inter-ilhas e 35 milhões de euros destinados aos apoios financeiros para fazer face aos prejuízos causados pelo furacão Lorenzo.

Contudo, o Orçamento do Estado para 2022 não contemplou os apoios financeiros para fazer face aos prejuízos causados pelo furacão Lorenzo.

**G) PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (PRR)**

No que respeita ao Plano de Recuperação e Resiliência – Açores, foram transferidos 97, 2 milhões de euros até 31-12-2022, dos quais 75,4 milhões de euros em 2021 e 21,8 milhões de euros em 2022. Nestes dois anos foram executados 29,3 milhões de euros.

A Conta refere que a execução do Plano de Recuperação e Resiliência – Açores foi condicionada pela «(...) instabilidade económica e a crise energética, agravada pela invasão da Ucrânia pela Rússia, com reflexo ao nível da escassez de mão de obra, matérias-primas e outros materiais nos mercados regional, nacional e mundial, que levaram à subida generalizada dos preços, os quais vieram a refletir-se em atrasos nos procedimentos de contratação pública e concursos desertos».

Na conta bancária relativa ao Plano de Recuperação e Resiliência – Açores foram creditados 21,7 milhões de euros em 2022, dos quais 14,5 milhões de euros contabilizados como receita da Região Autónoma dos Açores, sendo que a diferença, no montante de 7,2 milhões de euros, consta do saldo na respetiva conta bancária a 31-12-2022.



*(em Euro)*

Anos	Recebido	Adiantamento/Pago	Saldo
2021	75 399 997,72	8 310 450,00	67 089 547,72
2022	21 750 000,00	14 533 167,12	7 216 832,88
<b>Total</b>	<b>97 149 997,72</b>	<b>22 843 617,12</b>	<b>74 306 380,60</b>

Fonte: Conta da Região de 2021 e 2022 e Relatório de Auditoria ao Plano de Recuperação e Resiliência – Açores.

O valor que foi registado como receita na conta da região, correspondente às ordens de pagamento do gestor de programa foi de 14.533.167,12 € (Quadro da página 21 da conta da região)

O valor de execução financeira efetuado pelas entidades beneficiárias finais foi de 20.952.684,93€ (este valor entra-se no volume da conta região página 25).

#### **H) DÍVIDA PÚBLICA E OUTRAS RESPONSABILIDADES**

A Dívida total do sector público administrativo regional, reportada ao final de 2022, ascendia a, pelo menos, 3.108,4 milhões de euros, evidenciando um agravamento de 472 milhões de euros (+17,9%) comparativamente ao ano anterior.

De acordo com o Orçamento 2022, o Governo Regional estava autorizado a contrair empréstimos, incluindo créditos bancários, até ao montante de 455 milhões de euros, dos quais, em termos previsionais, 303 milhões de euros respeitavam a operações de refinanciamento e 152 milhões de euros ao financiamento de projetos com participação de FEEI, para colmatar os efeitos económicos e sociais provocados pela pandemia da Covid-19 e à regularização de pagamentos em atraso.

O Governo também ficou autorizado a assumir integralmente a dívida financeira resultante dos processos de extinção/liquidação das empresas públicas regionais.

Foi ainda autorizada a realização de operações de locação financeira, até ao montante de 3,5 milhões de euros.

Foi efetuada uma emissão obrigacionista em 2022 no montante de 455 milhões de euros.



De acordo com a informação divulgada na Conta, a parcela dos recursos provenientes da emissão obrigacionista no total de 152 milhões de euros, destinados ao financiamento de projetos com comparticipação de fundos europeus e para fazer face aos efeitos económicos e sociais provocados pela pandemia da COVID-19, foi alocada do seguinte modo:

- ações com cofinanciamento europeu – 52 milhões de euros;
- medidas de combate aos danos económicos e sociais provocados pela pandemia da COVID-19 – 100 milhões de euros.

Sobre esta matéria o Tribunal de Contas refere que relativamente ao montante de 52 milhões de euros, não se comprova que foi efetivamente aplicado em ações com cofinanciamento europeu. Idêntica circunstância ocorre com as verbas que terão sido despendidas com as medidas destinadas a dar resposta aos efeitos da crise pandémica da COVID-19.

O montante máximo acumulado das emissões vivas de dívida flutuante ascendeu a 90,4 milhões de euros, tendo sido cumprido o limite legal estabelecido no artigo 39.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas.

A regra do limite à dívida regional prevista no artigo 40.º, n.º 1, da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, manteve-se suspensa em 2022 devido aos efeitos da pandemia da COVID-19.

O limite anual fixado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para a emissão de dívida fundada com recurso à contratação de empréstimos, incluindo créditos bancários, foi excedido em 132,7 milhões de euros.

De acordo com o Tribunal de Contas o Governo Regional continua a não cumprir o disposto no artigo 27.º, alínea V), subalínea 1), da Lei n.º 79/98, de 24 de novembro, na medida em que não demonstra a aplicação que foi conferida ao produto dos empréstimos contraídos pelas entidades que integram o perímetro orçamental.

No pressuposto de que o produto do empréstimo obrigacionista foi efetivamente aplicado nas finalidades previstas, conclui-se que as operações de crédito contraídas pela Administração Regional direta cumprem o limite anual para o aumento do endividamento líquido fixado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.



A dívida de 3,9 milhões de euros do Clube de Golfe da Ilha Terceira assumida pela Ilhas de Valor, S.A., não integra o elenco das operações de financiamento autorizadas pelo Orçamento da Região Autónoma dos Açores de 2022 (refinanciamento ou financiamento de projetos com comparticipação de fundos comunitários e para fazer face aos efeitos económicos e sociais provocados pela pandemia da COVID-19).

Para além disso, a assunção desta dívida implicou o aumento do endividamento líquido, contrariando o estabelecido no Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2022 (artigo 17.º, alínea d), do Decreto Legislativo Regional n.º 38/2021/A, de 23 de dezembro).

**Quadro 13 - Dívida Financeira**

milhares Euro

Entidades	Total		Variação 2021-2020	
	2021	2022	Absoluta	Relativa %
<b>Administração Regional Direta e SFA (1)</b>	<b>2.400.371</b>	<b>2.811.526</b>	<b>411.155</b>	<b>17,13</b>
IROA	2.947	2.559	- 388	- 13,15
Hospital DES PDL	-	-	-	-
Hospital SE Terceira	-	-	-	-
Hospital Horta	-	-	-	-
ENTA	-	-	-	-
<b>EPR - Entidades Públicas Reclassificadas (2)</b>				
Ilhas de Valor	11.456	500	- 10.956	- 95,64
Atlanticoline	500	14.005	13.505	2.701,00
AAFTH	-	-	-	-
Teatro Micaelense	486	486	-	-
AVAE	-	-	-	-
PJCSC	-	-	-	-
Azorina	6.181	-	- 6.181	- 100,00
<b>Sub-total (2)</b>	<b>21.570</b>	<b>17.550</b>	<b>- 4.019</b>	<b>- 18,63</b>
<b>Total Dívida Financeira (1) + (2)</b>	<b>2.421.942</b>	<b>2.829.076</b>	<b>407.135</b>	<b>16,81</b>

No final do ano económico de 2022, a dívida financeira ascendia 2.829,1 milhões de euros, um aumento de 16.81%, relativamente a 2021.



Quadro 14 - Dívida Não Financeira

milhares Euro

Entidades	Total		Variação	
	2021	2022	Absoluta	Relativa %
Serviços Integrados	52.396	94.293	41.897	80,0
Serviços e Fundo Autónomos (menos SRSaúde)	4.491	9.964	5.473	121,9
SRSaúde	18.830	37.465	18.635	99,0
<b>Sub-total (Administração Regional Direta e SFA)</b>	<b>75.717</b>	<b>141.722</b>	<b>66.004</b>	<b>87,2</b>
Associação Açoriana Formação Turística e Hoteleira	-	-	-	-
Associação Nonagon	-	-	-	-
IROA	14	97	83	594,8
AVEA	731	332	400	120,5
Hospital DES PDL	63.700	77.392	13.692	21,5
Hospital SE Terceira	31.378	37.046	5.668	18,1
Hospital Horta	13.938	20.416	6.478	46,5
Ilhas de Valor	66	1.196	1.131	1.726,3
Atlanticoline	666	826	160	24,0
ATA	-	-	-	-
Teatro Micaelense	36	62	26	73,4
Pousada da Juventude Caldeira Santo Cristo	1	3	2	416,7
AZORINA	45	-	45	100,0
ADFMA	-	134	134	100,0
Escola de Novas Tecnologias	4	36	32	781,2
Observatório do Turismo dos Açores	3	6	3	94,5
<b>Sub-total (Entidades Públicas Recllassificadas)</b>	<b>110.582</b>	<b>137.546</b>	<b>26.964</b>	<b>24,4</b>
<b>Outras*</b>	<b>28.100</b>	<b>-</b>	<b>28.100</b>	<b>100,0</b>
<b>Total</b>	<b>214.399</b>	<b>279.268</b>	<b>64.868</b>	<b>30,3</b>



\* A Conta de 2021 sobre a dívida total do sector público administrativo regional foi incompleta, pois em relação à dívida não financeira limitou-se a considerar a dívida comercial já vencida, omitindo as restantes obrigações que integravam o passivo exigível, no montante de, pelo menos, 24 milhões de euros, a que acresceu uma verba de 4,1 milhões de euros, relativa às responsabilidades emergentes dos contratos-programa celebrados com a Diocese de Angra informação que, apesar de divulgada, não foi considerada para o efeito.

A dívida não financeira, no final de 2022, ascendia a 279,3 milhões de euros, um aumento de 30,3% face ao ano anterior.

➤ **Avaes**

No final de 2022, a responsabilidades da Região com avales atingiu os 326,4 milhões de euros.

As EPR - Entidades públicas não reclassificadas, com 314,4 milhões de euros, representam 96,3% do total dos avales.

**Quadro 15 - Avaes**

	milhares Euro	
<b>Mutuário</b>	<b>31-12-2021</b>	<b>31-12-2022</b>
<b>EPR - Entidades públicas reclassificadas:</b>		
IROA	2.947	2.559
Ilhas de Valor	10.481	9.009
Hospital da Horta	-	-
Hospital de Santo Espírito - Terceira	-	-
Hospital Divino Espírito Santo - PDL	-	-
Teatro Micaelense, S.A.	486	486
Azorina	4.817	-
<b>Subtotal (1)</b>	<b>18.730</b>	<b>12.054</b>
<b>Entidades públicas não reclassificadas:</b>		
EDA	27.911	25.446
Lotaçor	29.763	15.616
Portos dos Açores	69.770	73.262
SATA	267.500	200.000
<b>Subtotal (2)</b>	<b>394.944</b>	<b>314.324</b>
<b>Total (3) = (1) + (2)</b>	<b>413.674</b>	<b>326.378</b>



➤ **Cartas de Conforto**

**Quadro 16 - Variação das responsabilidades com Cartas Conforto**

2022	2021	2020	2019	2018	Variação	
23.028.116	60.313.415	79.087.967	173.860.718	188.751.443	- 37.285.299	-162%

A 31 de dezembro de 2022, a responsabilidade da RAA com cartas de conforto cifrou-se em 23 milhões de euros, menos 37,3 milhões face ao mesmo período de 2021. As entidades beneficiárias com maior representatividade nesta variação foram o grupo SATA, com menos 31,1 milhões de euros, e a Santa Catarina, S.A., com menos 6,4 milhões de euros.

A UNILEITE, CRL constitui-se como a principal beneficiária desta natureza de garantia, concentrando cerca de 43% do total de responsabilidades, seguida pela UNIQUEIJO, CRL e pela Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial, CRL.

➤ **Parcerias Público Privadas (PPP) da RAA**

O valor atual dos encargos previstos, com referência a 31.12.2022, totaliza 640,8 milhões de euros, dos quais 494,0 milhões de euros respeitam à concessão rodoviária e os restantes 146,8 milhões de euros à concessão do setor da saúde.

O atual contexto inflacionista tem repercussões ao nível da execução financeira desta tipologia de contratos, resultando no agravamento das correspondentes responsabilidades futuras, como se denota no caso da concessão para a gestão do edifício do Hospital da Ilha, Terceira, em que atinge os 3,2 milhões de euros.

Esse efeito é também notório na concessão rodoviária, sendo, contudo, totalmente absorvido e suplantado pelo facto de a Concessionária da SCUT de S. Miguel ter revisto em baixa a previsão do montante a receber a título de reposição do equilíbrio financeiro para 12,1 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 29,3 milhões de euros comparativamente ao valor inicial que constava das projeções do ano anterior.



Pelo exposto, no cômputo geral, há de facto um desagravamento homólogo desta natureza de responsabilidades em 7,3 milhões de euros.

## I) PATRIMÓNIO

### ▪ Património Não Financeiro

No final do ano de 2022, o valor líquido do Património Não Financeiro da RAA atingiu os 1.150,7 milhões de euros.

A afetação daquele património, constituído pelos bens móveis, imóveis e equipamento de transporte, estava distribuída pelos diferentes serviços da Administração Regional.

**Quadro 17 - Património Não Financeiro da RAA**

Bens	Ativo Bruto	Euros	
		Ativo Líquido 31/12/2021	Ativo Líquido 31/12/2022
Móveis	337.708.384	90.889.771	91.556.994
Imóveis	1.334.161.818	995.784.775	1.054.539.853
Equipamento de Transporte	24.856.858	4.139.456	4.580.364
<b>Totais</b>	<b>1.696.727.060</b>	<b>1.090.814.002</b>	<b>1.150.677.210</b>

### ▪ Ativos Financeiros

Os ativos financeiros da Região Autónoma dos Açores são constituídos por participações financeiras, por créditos resultantes de empréstimos concedidos e participação num fundo.

No final de 2022, a carteira de ativos financeiros da Região Autónoma dos Açores ascendia a 307,2 milhões de euros, dos quais 281,9 milhões de euros respeitam a participações financeiras, 11,7 milhões de euros a créditos concedidos e 13,6 milhões de euros a outros ativos financeiros. No total, os ativos financeiros atingem os 307,2 milhões de euros.



Quadro 18 - Posição da carteira de participações financeiras

Designação	Participações financeiras em:			
	EPR	Sociedades não financeiras Públicas	Instituições s/ fins lucrativos Públicos	Subtotal
Administração Regional Direta	164.025.048	104.637.187	825.762	<b>269.487.997</b>
Administração Regional Indireta e S.F. Autónomas (SFA)	12.450.425	-	-	<b>12.450.425</b>
<b>Total</b>	<b>176.475.473</b>	<b>104.637.187</b>	<b>825.762</b>	<b>281.938.422</b>

▪ **Entidades controladas pela Região Autónoma dos Açores**

A Região Autónoma dos Açores detém participações financeiras, diretas e indiretas, em 26 empresas, em entidades públicas empresariais e em instituições sem fins lucrativos públicas.

No decorrer do ano 2022 foram realizadas as seguintes alterações na composição do SPER:

Liquidação da Sinaga, S.A. determinada pelo DLR n.º 30/2021/A, de 19 de outubro, e ocorrida a 3 de janeiro de 2023;

☑ Participação direta em 31,68% no capital social da Fábrica de Cervejas e Refrigerantes João Melo Abreu, Lda., concretizada a 26 de dezembro, em resultado da liquidação da Sinaga, S.A.;

☑ Alienação da Naval Canal Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda., ocorrida a 31 de outubro, autorizada pela RCG n.º 178/2021, de 22 de julho.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**Comissão Permanente de Economia**

**Quadro 19 - Entidades controladas pela RAA**

percentagem

<b>RAA - Região Autónoma dos Açores</b>	<b>Saúde</b>	HDESPDL - 100% HSEIT - 100% HH - 100%	
	<b>Transportes Aéreos</b>	Sata Air Açores SA - 100%	Sata Internacional - 100% Sata Gestão Aeródromos - 100% AZORES EXPRESS INC. USA - 100% AVEA - 4,39% Ass. RAEGE Açores - 14,29%
	<b>Energia</b>	EDA - 50,10%	Segma - 90% Eda Renováveis - 99,68% Globaleda - 74,9% NOS Açores - 6,18% INOVA - 0,39% Fund Eng José Correia - 29,85% Eda Renováveis - 0,32% Segma - 10%
	<b>Portos e Transportes marítimos</b>	Portos dos Açores - 100%	Operpdl, Lda - 20% Operterceira, Lda - 20% Opertri, Lda - 20%
		Atlânticoline, SA - 100%	
		Azorina - 100% (em liquidação)	
		Lotaçor - 100%	Santa Catarina - 100%
	<b>Agricultura, Pescas e Ambiente</b>	IROA - 100%	
		Sinaga - 100% (em liquidação)	
		Melo Abreu, Lda - 31,68%	
	<b>Serviços diversos</b>	Ilhas de Valor - 100%	PIJCS - 60,87%
	<b>Cultura</b>	Teatro Micaelense - 99,81%	
	<b>Instituições s/fins lucrativos</b>	INOVA - 65,59% AVEA - 91,23% OTA - 55,56% Nonagon - 70% Ass. GEOAÇORES - 78,95% Associação RAEGE Açores - 85,71% ADFMA - 53,85% CALL - Centro Açoriano Leite e Laticínios CERCA Associação PCTTER Associação AD AIR CENTRE	



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Comissão Permanente de Economia

Quadro 20 - Participações financeiras da RAA

Diretas							
Sector de Atividade	2021		2022		Peso %	Euro	
	Nº	Valor	Nº	Valor		Var. Anual	
						(€)	(%)
Agricultura, pescas e ambiente	4	10.923.320	4	12.568.987	5%	1.645.667	15,1%
Energia	4	35.070.000	1	35.070.000	13%	-	0,0%
Habituação e Obras Públicas		-		-	0%	-	0,0%
Portos e Transportes Marítimos	2	47.384.100	2	47.384.100	18%	-	0,0%
Saúde	3	148.059.038	3	148.059.038	55%	-	0,0%
Transportes Aéreos	1	16.809.500	1	16.809.500	6%	-	0,0%
Cultura	1	4.220.610	1	4.220.610	2%	-	0,0%
Turismo		-		-	0%	-	0,0%
Serviços Diversos	1	4.550.000	1	4.550.000	2%	-	0,0%
Instituições s/fins lucrativos	7	590.762	7	825.762	0%	235.000	39,8%
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>267.607.330</b>	<b>20</b>	<b>269.487.997</b>	<b>100%</b>	<b>1.880.667</b>	<b>0,7%</b>

Indiretas							
Sector de Atividade	Detidas por Entidades Públicas Reclassificadas						
	2021		2022		Peso %	Var.	
	Nº	Valor	Nº	Valor		(€)	(%)
Agricultura, pescas e ambiente	0	-		-		0%	-
Energia	0	-		-	0%	-	0,0%
Habituação e Obras Públicas	0	-		-	0%	-	0,0%
Portos e Transportes Marítimos	0	-		-	0%	-	0,0%
Saúde	0	-		-	0%	-	0,0%
Transportes Aéreos	0	-		-	0%	-	0,0%
Cultura	1	8.000.425	1	8.000.425	3%	-	0,0%
Turismo	0	-		-	0%	-	0,0%
Serviços Diversos	1	4.450.000	1	4.450.000	2%	-	0,0%
Instituições s/fins lucrativos	0	-		-	0%	-	0,0%
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>12.450.425</b>	<b>2</b>	<b>12.450.425</b>	<b>5%</b>	<b>-</b>	<b>0,0%</b>

O setor da Saúde continua a ter o maior volume de participações, com 148,1 milhões, seguido do setor Portos e Transportes Marítimos, com 47,4 milhões de euros, Energia, com 35,1 milhões de euros e os Transportes Aéreos, com 16,8 milhões de euros.



## J) FLUXOS FINANCEIROS

O somatório da despesa classificada em transferências correntes e de capital, subsídios e ativos financeiros, no sector público administrativo regional, ascendeu a 1.130 milhões de euros. Através da análise comparativa de diversos mapas da Conta, incluindo o Quadro A27, validou-se 1 037 milhões de euros (92%).

Do montante validado, 743,7 milhões de euros (72%) destinaram-se a entidades do perímetro orçamental (serviços e fundos autónomos e entidades públicas reclassificadas) e 293,8 milhões de euros (28%) a entidades externas ao perímetro (privados, empresas públicas não reclassificadas, administração local, administração central e instituições sem fins lucrativos públicas).

(em Euro e em percentagem)

Entidades	Montante	Estrutura (%)
<b>Entidades do perímetro</b>	<b>743 668 812,08</b>	<b>72%</b>
Serviços e fundos autónomos	475 092 508,72	46%
Entidades públicas reclassificadas	268 576 303,36	26%
<b>Entidades externas ao perímetro</b>	<b>293 847 762,83</b>	<b>28%</b>
Privados	150 477 817,77	15%
Empresas públicas não reclassificadas	130 647 311,58	13%
Administração local	7 714 173,41	1%
Administração central	4 451 419,76	0%
Instituições sem fins lucrativos públicas	557 040,31	0%
<b>Total</b>	<b>1 037 516 574,91</b>	<b>100%</b>

Fonte: Conta da Região de 2022, volumes I e II, e Quadro A27.

Para os serviços e fundos autónomos foram transferidos 475,1 milhões de euros, sendo 274 milhões de euros (58%) reservados aos fundos escolares e 127 milhões de euros (27%) às unidades de saúde e ao Centro de Oncologia dos Açores.

Para as entidades públicas reclassificadas foram movimentados 268,6 milhões de euros, dos quais 258,4 milhões de euros (96%) destinados aos três hospitais da Região. Este fluxo aumentou, na globalidade, 19,7 milhões de euros relativamente a 2021, em resultado do reforço de verbas atribuídas ao Hospital da Horta, E.P.E.R. (+37,2 milhões de euros) e do decréscimo de



fluxos financeiros para o Hospital Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E.P.E.R. (-18,3 milhões de euros).

O montante transferido para a entidades externas ao perímetro orçamental (293,8 milhões de euros) é inferior ao movimentado em 2021 em 114,5 milhões de euros.

Neste âmbito, 150,5 milhões de euros (51%) foram para o sector privado e 130,6 milhões de euros (44%) para as empresas públicas. O remanescente destinou-se a entidades da administração local (7,7 milhões de euros), da administração central (4,5 milhões de euros) e a instituições sem fins lucrativos públicas (557 mil euros).

#### **K) RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS**

O Tribunal de Contas procedeu à avaliação do grau de acolhimento do conjunto de recomendações anteriormente formuladas ao Governo Regional e reiteradas no Relatório e Parecer sobre a Conta de 2021.

Das três recomendações formuladas, duas foram parcialmente acolhidas (apresentar à Assembleia Legislativa uma proposta de quadro plurianual de programação orçamental que respeite os requisitos previstos no artigo 20.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas e demonstrar na Conta, com referência ao conjunto do sector público administrativo regional, o grau de cumprimento dos limites legais aplicáveis à dívida) e uma não foi acolhida (adoção do referencial contabilístico SNC-AP).

Apesar do número restrito de recomendações formuladas no referido Relatório e Parecer, o Tribunal de Contas incentivou o Governo Regional a prosseguir na adoção de medidas no sentido do acatamento das recomendações anteriormente formuladas, importando, por isso, fazer também referência ao grau de acolhimento das recomendações formuladas no Relatório e Parecer sobre a Conta de 2017.

Das nove recomendações formuladas no Relatório e Parecer sobre a Conta de 2017 que se mantêm atuais, uma foi acolhida (inventariação do património da Região), quatro foram acolhidas parcialmente (informação incluída na proposta de orçamento, organização das entidades com funções de tesouraria, aperfeiçoamento do processo de consolidação de contas e regularização das operações de tesouraria) e as restantes não foram ainda acolhidas



(coerência entre os mapas orçamentais, contabilização das transferências do Orçamento do Estado ao abrigo do princípio da solidariedade de acordo com a sua natureza, cumprimento do princípio da universalidade e apresentar a análise consolidada dos resultados da atribuição de subvenções públicas).

O Tribunal de Contas, em sede de Relatório e Parecer sobre a Conta da Região Autónoma de 2022, formulou recomendações à Assembleia Legislativa e ao Governo Regional, com vista a suprir as deficiências apuradas nos diferentes domínios analisados.

Na sequência das observações efetuadas, incluindo as constantes dos relatórios das ações preparatórias do presente Relatório e Parecer, e tendo em conta a análise das respostas obtidas em sede de contraditório e o acompanhamento do grau de acatamento das recomendações anteriores, o Tribunal entende reiterar o número restrito de recomendações formuladas ao Governo da Região Autónoma dos Açores relativamente à Conta de 2021, as quais ainda não se mostram acatadas na sua plenitude.

Apresentar à Assembleia Legislativa, até 31 de maio de cada ano, uma proposta de quadro plurianual de programação orçamental que respeite os requisitos previstos no artigo 20.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas e elaborar o Orçamento com observância do quadro plurianual aprovado, desenvolvendo gradualmente a orçamentação integral por programas, mediante, designadamente:

- a) Criação dos programas orçamentais com os respetivos níveis de desagregação;
- b) Definição dos objetivos e metas de cada programa orçamental;
- c) Dotações orçamentais;
- d) Conceção de indicadores de economia, eficiência e eficácia;
- e) Mecanismos de avaliação do grau de realização dos objetivos.

Apresentar as demonstrações orçamentais e financeiras consolidadas, quer previsionais, juntamente com o Orçamento, quer integrando a Conta, de acordo com o SNC-AP.

Demonstrar na Conta, com referência ao conjunto do sector público administrativo regional, o grau de cumprimento dos limites legais aplicáveis à dívida.



Assinala-se em particular a recomendação relativa à apresentação da análise dos resultados da atribuição de subvenções públicas, permitindo uma avaliação da eficácia e eficiência.

Sem embargo, o Tribunal incentiva a Administração Regional a prosseguir na adoção de medidas no sentido da resolução das restantes situações que afetam a fiabilidade da Conta e do acatamento das recomendações anteriormente formuladas.

Contabilizar atempadamente os fluxos financeiros decorrentes das operações de dívida flutuante e de dívida fundada, cumprindo o princípio orçamental da universalidade.

Incluir no relatório e elementos informativos que acompanham a proposta de Orçamento, a informação necessária à apreciação do princípio da equidade intergeracional.

### **Conclusões**

Com base nas observações do Tribunal de Contas, incluindo as constantes dos relatórios das ações preparatórias do presente Relatório e Parecer, e tendo em conta a análise das respostas obtidas em sede de contraditório, destacam-se as seguintes conclusões:

#### Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2022

O Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2022 baseou-se no quadro plurianual de programação orçamental para o período de 2022 a 2025, no qual foi previsto um limite total de despesa de 2 090 milhões de euros.

A proposta de Orçamento foi apresentada à Assembleia Legislativa no prazo legal e observou, de um modo geral, as disposições legais aplicáveis quanto ao conteúdo do articulado e à estrutura dos mapas orçamentais. Os anexos informativos não contemplaram um conjunto significativo de informação, na qual se destaca a apreciação do princípio orçamental da equidade intergeracional.

O Orçamento aprovado compreende as receitas e as despesas da Assembleia Legislativa, de 47 entidades contabilísticas da Administração Regional direta, de 60 serviços e fundos autónomos e de 13 entidades públicas reclassificadas.



O orçamento da Administração Regional direta ascende a 1 941 milhões de euros (menos 18 milhões de euros do que a proposta apresentada na Assembleia Legislativa), enquanto o dos serviços e fundos autónomos, incluindo entidades públicas reclassificadas, atinge o montante de 830 milhões de euros.

No Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2022 foram previstas receitas para cobrir todas as despesas. Não obstante, previa-se um saldo global negativo de 165,6 milhões de euros e um saldo primário negativo de 123,3 milhões de euros.

No decurso de 2022, as previsões de receita e as dotações de despesa foram alteradas, sem modificar a estrutura e os valores globais da receita e da despesa.

No Orçamento para 2022 e nas alterações orçamentais de gestão flexível, a previsão de verbas provenientes da União Europeia, no mapa I – «Receita da Região Autónoma dos Açores», difere da refletida na 3.ª alteração ao Orçamento, no mapa X – «Despesas de investimento da administração pública regional». A diferença ascende a 5,5 milhões de euros, não tendo sido apresentada justificação no relatório da Conta.

#### Conta da Região Autónoma dos Açores para 2022

A Conta foi aprovada pelo Governo, através da Resolução do Conselho de Governo n.º 103/2023, de 27 de junho, e remetida ao Tribunal de Contas dentro do prazo legalmente fixado para o efeito.

A Conta tem uma estrutura idêntica à do Orçamento e compreende o relatório e a generalidade dos mapas previstos nos artigos 26.º e 27.º da Lei de Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores. Ainda não foi apresentada de acordo com o referencial contabilístico SNC – AP.

A exposição efetuada na Conta sobre as recomendações do Tribunal de Contas não considerou as nove recomendações formuladas no Parecer sobre a Conta da Região de 2017, que se mantinham atuais por não terem sido plenamente acolhidas.

A Conta apresenta, pela primeira vez, informação sobre despesas consolidadas por classificação funcional/programa orçamental do sector público administrativo regional. A informação divulgada permite verificar que, na generalidade, foram respeitados os limites das despesas fixados para o ano de 2022, no quadro plurianual de programação orçamental.



Receita e despesa do sector público administrativo regional

A receita do sector público administrativo foi de 1 820,8 milhões de euros e a despesa de 1 708,1 milhões de euros. A receita efetiva perfaz 1 240,8 milhões de euros e a despesa efetiva 1 393,7 milhões de euros.

A receita fiscal, os passivos financeiros e as transferências contribuíram com 90,7% para a receita total.

As despesas com o pessoal, a aquisição de bens e serviços, as transferências e os passivos financeiros absorveram 91,2% da despesa total.

A receita diminuiu 126,6 milhões de euros, em resultado dos decréscimos das transferências (- 108,6 milhões de euros) e das outras receitas (- 78,5 milhões de euros). Os aumentos da receita fiscal em 28,3 milhões de euros e dos passivos financeiros em 22,3 milhões de euros atenuaram a quebra global da receita.

A despesa decresceu 123,6 milhões de euros face a 2021. Para esta diminuição contribuiu sobretudo o decréscimo de 70,2 milhões de euros em transferências de capital.

A regra de equilíbrio orçamental prevista no artigo 4.º da LEORAA não foi observada, dado que o saldo global ou efetivo do sector público administrativo regional foi negativo em 152,9 milhões de euros. O saldo primário atingiu o valor negativo de 111,3 milhões de euros.

De acordo com o Sistema Europeu de Contas (SEC 2010), os valores provisórios divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, I.P., apontam para um défice orçamental do sector público administrativo regional de 413,8 milhões de euros, com um agravamento de 27,5 milhões de euros relativamente a 2021.

A receita da Administração Regional direta ascendeu a 1 709,8 milhões de euros, sendo 744,2 milhões de euros de receitas fiscais, 455 milhões de euros de passivos financeiros e 406,5 milhões de euros de transferências.

A despesa perfaz 1 625,4 milhões de euros, destacando-se as transferências e subsídios com 973,8 milhões de euros.

Relativamente às projeções orçamentais:



- a receita teve uma execução inferior à prevista em 231,7 milhões de euros, menos 11,9%, devido sobretudo ao recebimento de menos 237,4 milhões de euros de transferências da União Europeia face ao estimado;
- despesa ficou aquém da dotação prevista em 316,1 milhões de euros, menos 16%. O desvio mais expressivo ocorreu nas transferências de capital, com uma execução inferior à prevista em 123,4 milhões de euros.

A Conta não desenvolve satisfatoriamente os motivos dos desvios da execução face ao Orçamento.

A receita fiscal, de 744,2 milhões de euros, aumentou 28 milhões de euros (4%) relativamente a 2021, em resultado, principalmente, do acréscimo de 37,1 milhões de euros na arrecadação do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) e da diminuição de 15,1 milhões de euros do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP).

Relativamente ao previsto no Orçamento, foram arrecadados mais 53,1 milhões de euros de IVA e menos 15,9 milhões de euros de ISP, neste caso, como reflexo das políticas que visaram a diminuição/manutenção dos preços máximos de venda ao público dos combustíveis.

As transferências do Orçamento do Estado totalizaram 291,3 milhões de euros.

As transferências da União Europeia ascenderam a 98,2 milhões de euros, menos 69,6 milhões de euros do que em 2021, decorrente, essencialmente, do decréscimo de 60,9 milhões de euros das verbas do Plano de Recuperação e Resiliência.

O valor registado na Conta corresponde a 29,3% do montante inscrito no Orçamento para 2022.

No âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência – Açores, foram transferidos 97,2 milhões de euros até 31-12-2022, dos quais 75,4 milhões de euros em 2021 e 21,8 milhões de euros em 2022. Nestes dois anos foram executados 29,3 milhões de euros.

Os montantes executados em 2021 e 2022 correspondem a 86% e 66% do previsto nos respetivos orçamentos e, em conjunto, a 40% do projetado para o período 2021-2024 nas Orientações de Médio Prazo, considerando as verbas atualizadas pelos orçamentos de 2022 e

O Tribunal validou 98% da receita da Administração Regional direta registada na Conta.



No entanto, foram realizadas operações à margem da Conta nos montantes de 510,6 milhões de euros na receita e 362,9 milhões de euros na despesa, associados à dívida e a fundos europeus, pondo em causa o princípio orçamental da universalidade.

Tendo por base uma amostra dos pagamentos efetuados em 2022 através do agrupamento aquisição de bens de capital da Administração Regional direta, verificou-se que, na generalidade, as regras de processamento das despesas foram observadas.

O relatório e os anexos informativos que acompanham a proposta de Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2022 não contêm a apreciação da incidência orçamental de despesas previstas, na perspetiva da equidade na distribuição de benefícios e custos entre gerações.

Relativamente aos encargos futuros com as parcerias público-privadas e com os contratos ARAAL e acordos de cooperação, o exercício de 2023, o período de 2026 a 2030 e os anos de 2032 e de 2036 afiguram-se particularmente exigentes.

#### Despesas classificadas em transferências e subsídios

O somatório da despesa classificada em transferências e subsídios, no sector público administrativo regional, ascendeu a 1 130 milhões de euros. Através da análise comparativa de diversos mapas da Conta, incluindo o Quadro A27, validou-se 1 037 milhões de euros (92%).

Do montante validado, 743,7 milhões de euros (72%) destinaram-se a entidades do perímetro orçamental (serviços e fundos autónomos e entidades públicas reclassificadas) e 293,8 milhões de euros (28%) a entidades externas ao perímetro (privados, empresas públicas não reclassificadas, administração local, administração central e instituições sem fins lucrativos públicas).

Os 293,8 milhões de euros transferidos para entidades externas ao perímetro orçamental, com a seguinte distribuição: sector privado – 150,5 milhões de euros; empresas públicas – 130,6 milhões de euros; entidades da administração local – 7,7 milhões de euros; entidades da administração central – 4,5 milhões; e instituições sem fins lucrativos – 0,6 milhões de euros.

As subvenções a privados foram inferiores às de 2021 em 41,6 milhões de euros (-22%), e destinaram-se maioritariamente a empresas (83 milhões de euros – 55%), instituições sem fins lucrativos (50 milhões de euros – 33%) e famílias (18 milhões de euros – 12%).



A avaliação apresentada na Conta aos resultados obtidos com a atribuição de subvenções é uma compilação da análise realizada por 50 entidades que processam aquele tipo de despesa, na maior parte sem informação quanto à fixação e grau de concretização de indicadores e metas. A informação prestada revela-se insuficiente para que se possa considerar acolhida a recomendação formulada sobre a matéria.

Tendo por base os processos de prestação de contas de 2022, remetidos ao Tribunal pelas entidades responsáveis pela gestão de apoios financeiros, conclui-se que 85,7% das entidades apresentaram informação sobre a matéria em relatório específico (31 entidades) ou no relatório de gestão (11 entidades), embora sem consubstanciar uma avaliação dos resultados.

#### Tesouraria

A Conta de 2022 continua a não apresentar informação completa e sistematizada no domínio da tesouraria, faltando divulgar: mapas referentes à situação de tesouraria; informação relativa a entidades do perímetro orçamental; elementos necessários à verificação do cumprimento do princípio da unidade de tesouraria.

Verificaram-se progressos no modelo organizativo e funcional da área da tesouraria decorrentes da aprovação da nova orgânica da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública. No entanto, a Entidade Contabilística Região ainda não foi regulamentada.

Tendo por base as informações prestadas pela Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, as entidades do sector público administrativo regional detinham 145 contas bancárias, das quais apenas 91 foram movimentadas no âmbito do Safira. Neste contexto, verifica-se que as entidades que integram o sector público administrativo regional continuaram a movimentar fundos com inobservância do princípio da unidade.

#### Dívida e pública regional e outras responsabilidades

As entidades do sector público administrativo regional recorreram a operações de dívida flutuante no montante de 168,8 milhões de euros.

Daqueles, 165 milhões de euros foram contratados pela Administração Regional direta.



Dívida fundada. Foram contraídos 795,7 milhões de euros de dívida fundada, o que inclui: 303 milhões de euros para operações de refinanciamento; 152 milhões de euros para financiamento de projetos comparticipados por fundos europeus e para fazer face aos efeitos económico e sociais provocados pela pandemia da COVID-19; 8 milhões de euros para a liquidação de financiamentos contraídos pela Santa Catarina, S.A., e pela Sinaga, S.A.; 124,7 milhões de euros para liquidação de operações de crédito assumidas da Saudaçor, S.A.; 202,2 milhões de euros para assunção de dívidas de entidades do sector público empresarial regional; 1,4 milhões de euros decorrentes de contrato de locação financeira; e 4,4 milhões de euros por parte da Ilhas de Valor, S.A.

Os encargos da dívida foram de 40,1 milhões de euros.

Apesar do aumento da dívida financeira em 407,1 milhões de euros (16,8%) face ao ano anterior, os encargos da dívida cresceram apenas 1,9 milhões de euros, verificando-se uma redução da taxa de juro implícita.

Em 31-12-2022, a dívida financeira do sector público administrativo regional ascendia a cerca de 2 829,1 milhões de euros, tendo aumentado 407,1 milhões de euros (+16,8%) face a 31-12-2021. O rácio da dívida na definição de Maastricht fixou-se em 60% do PIB da região

A expansão da dívida pública regional foi determinada pela necessidade de financiar o défice orçamental de 152,9 milhões de euros, pela assunção de dívida financeira da Lotaçor, S.A., e da Sata Air Açores, S.A., no montante global de 187,1 milhões de euros, e pela realização de operação de aumento de capital social da Sata Air Açores, S.A., na importância de 62 milhões de euros.

Em 31-12-2022, a dívida não financeira ascendeu a 279,3 milhões de euros, mais 64,9 milhões de euros face a 2021 (30,3%).

A Conta adota, pela primeira vez, o conceito de dívida não financeira que decorre do n.º 5 do artigo 40.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas.

A dívida total do sector público administrativo regional manteve a tendência ascendente, aumentando 472 milhões de euros (17,9%), atingindo no final de 2022 o montante de 3 108,4 milhões de euros. A assunção de dívida do sector público empresarial regional que estava fora do perímetro de consolidação.



As entidades do perímetro orçamental contraíram dívida flutuante, cujo montante máximo acumulado de emissões vivas atingiu, ao longo do ano, 90,4 milhões de euros, verificando-se que o limite legal foi cumprido.

As operações realizadas pelo Governo Regional para refinanciamento de dívida ultrapassaram em 132,7 milhões de euros a autorização concedida pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

A parcela dos recursos provenientes da emissão obrigacionista, no total de 152 milhões de euros, destinados ao financiamento de projetos com participação de fundos europeus e para fazer face aos efeitos económicos e sociais provocados pela pandemia da COVID-19, de acordo com a Conta, foi alocada do seguinte modo: ações com cofinanciamento europeu – 52 milhões de euros; e medidas de combate aos danos económicos e sociais provocados pela pandemia da COVID-19 – 100 milhões de euros.

Não foi possível comprovar que aqueles valores foram efetivamente aplicados nas respetivas finalidades. O Governo Regional dos Açores continua assim a não cumprir o disposto no artigo 27.º, alínea V), subalínea 1), da Lei n.º 79/98, de 24 de novembro.

Tendo por base a informação disponível, e no pressuposto de que o produto do empréstimo obrigacionista foi efetivamente aplicado nas finalidades previstas, conclui-se que as operações de crédito contraídas pela Administração Regional direta cumprem o limite anual para o aumento do endividamento líquido fixado pela Assembleia Legislativa.

A dívida de 3,9 milhões de euros do Clube de Golfe da Ilha Terceira assumida pela Ilhas de Valor, S.A., não integra o elenco das operações de financiamento autorizadas pelo Orçamento da Região Autónoma dos Açores de 2022.

O empréstimo de curto prazo (conta corrente caucionada) contratado pela Ilhas de Valor, S.A., em 2013, para fazer face a necessidades de tesouraria, transitou para o exercício orçamental de 2023 com um montante em dívida de 130 mil euros, passando, deste modo, a constituir dívida fundada.

As operações realizadas pela Ilhas de Valor, S.A., implicaram o aumento do endividamento líquido, contrariando o estabelecido no Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2022 (artigo 17.º, alínea d), do Decreto Legislativo Regional n.º 38/2021/A, de 23 de dezembro).



### Património

No final de 2022, os ativos financeiros da Região Autónoma dos Açores totalizavam 307,2 milhões de euros, sendo: 281,9 milhões de euros de participações financeiras; 11,7 milhões de euros de créditos concedidos; e 13,6 milhões de euros de outros ativos financeiros.

O desempenho económico das entidades participadas pela Região Autónoma dos Açores piorou. Observou-se, também, um agravamento da dívida total destas entidades em 62,2 milhões de euros (4,9%), passando a totalizar 1.323,3 milhões de euros.

Persistem entidades com património líquido e capitais próprios negativos e com estruturas financeiras debilitadas, situações que poderão exigir da Região um esforço financeiro acrescido de modo a garantir a continuidade das operações das mesmas.

Em 2022 não foram realizadas operações ativas ao abrigo do n.º 1 do artigo 19.º do Decreto Legislativo Regional n.º 38/2021/A, de 23 de dezembro. Todavia, no âmbito do n.º 2 do mesmo artigo, foram realizadas operações que ascenderam a 62,3 milhões de euros.

O património não financeiro da Região Autónoma dos Açores divulgado na Conta ascendia a 1.150,7 milhões de euros, dos quais 1 054,5 milhões de euros respeitam a bens imóveis.

O processo de inventariação encontra-se quase concluído, subsistindo uma réstia de situações relativas a aquisições de pretérito que tem vindo progressivamente a ser reduzida à medida que vão sendo conhecidas.

### Riscos inerentes às entidades públicas não reclassificadas

As responsabilidades emergentes das garantias às entidades do sector público regional não incluídas no perímetro orçamental ascendiam a 314,3 milhões de euros, destacando-se a exposição ao Grupo SATA, com créditos garantidos no montante de 200 milhões de euros.

A formalização de um pedido de auxílio de emergência junto da Comissão Europeia e subsequente apresentação de um plano de reestruturação do Grupo SATA contribuiu para atenuar os riscos implícitos e potenciais impactos no Orçamento da Região.



### Juízo sobre a Conta

Compete ao Tribunal de Contas, através da Secção Regional dos Açores, emitir parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores, cabendo-lhe apreciar a atividade financeira da Região nos domínios da receita, da despesa, da tesouraria, do recurso ao crédito público e do património .

O relatório e parecer visa emitir um juízo sobre a legalidade e a correção financeira das operações examinadas. Nesse sentido, o Tribunal de Contas emitiu um juízo favorável com reservas sobre Conta da Região Autónoma dos Açores de 2022, documento que apresenta melhorias em divulgações e conceitos comparativamente a anos anteriores.

As reservas que se formularam não foram tão generalizadas que ponham em causa a imagem apropriada e verdadeira da Conta no seu todo.

Para o efeito assinalou que as transferências do Orçamento do Estado em cumprimento do princípio da solidariedade, no montante de 181,4 milhões de euros, foram contabilizadas na íntegra no agrupamento transferências correntes sem ter em conta o disposto no artigo 17.º, n.º 3, do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Verificou também que os totais de receita e de despesa estão afetados pela falta de registos contabilísticos nos montantes de 510,6 milhões de euros e de 362,9 milhões de euros, respetivamente, pondo em causa o princípio orçamental da universalidade.

Para além disso, o saldo contabilístico à data de 31-12-2022 não foi passível de confirmação com a informação inserta nos mapas síntese de movimentos bancários.

Formulou ainda ênfases relativamente a matérias que importa ter presente aquando da apreciação da execução orçamental.

Neste contexto, destacou a não observância da regra de equilíbrio orçamental prevista na Lei de Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, tendo-se apurado um saldo global ou efetivo do sector público administrativo regional negativo de 152,9 milhões de euros.

Verificou-se também que as entidades que integram o sector público administrativo regional continuaram a movimentar fundos com inobservância do princípio da unidade de tesouraria.



Das 145 contas bancárias detidas, apenas 91 foram movimentadas no âmbito do sistema de centralização de tesouraria.

Acresce que os saldos iniciais e finais da Conta de 2022 indicados nos mapas relativos à situação de tesouraria da Administração Regional direta apresentam incoerências entre si e com os inscritos nos mapas de execução orçamental.

Em matéria de limites ao endividamento, o limite anual para a contratação de empréstimos foi excedido em 132,7 milhões de euros e não foi demonstrado o cumprimento do limite do endividamento líquido da Administração Regional direta.

Por fim, o relatório e os anexos informativos que acompanham a proposta de Orçamento para 2022 não contêm a apreciação do princípio da equidade intergeracional.

---

#### 4.º CAPÍTULO - CONCLUSÃO E PARECER

---

A Comissão de Economia após a análise da Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2022, dos pareceres das restantes Comissões permanentes da ALRAA, do parecer da Secção Regional do Tribunal de Contas, procedeu à votação, com os votos a favor PSD e a abstenção, com reserva de posição para Plenário, do PS, CHEGA, BE, pelo que se **emite parecer favorável** relativamente à iniciativa. A Conta da Região de 2022 está em condições de ser debatida e votada em Plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Ponta Delgada, 1 de julho de 2024.

O Relator

Paulo Silveira



O presente relatório foi aprovado por maioria com votos a favor do PSD e Chega e abstenção do PS e BE.

Ao presente relatório são anexos os relatórios e pareceres das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores relativos à Conta de 2022 e o Relatório do SPER 2022.

O Presidente

Paulo Simões

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS  
AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

# RELATÓRIO

---

SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL REGIONAL

2022

PONTA DELGADA  
1 DE JULHO DE 2024

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA**

<b>ABREVIATURAS</b>	<b>SIGNIFICADO</b>
ATLINE	Atlantiline, S.A.
AZORINA	Sociedade Gestão Ambiental e Conservação
EDA	Eletricidade dos Açores S.A.
HDESPDL	Hospital do Divino Espírito Santo Ponta
HH	Hospital da Horta, EPE
HSEAH	Hospital do Santo Espírito Angra do Heroísmo
IROA	Instituto Regional de Ordenamento Agrário, S.A.
IVALOR	Ilhas de Valor S.A.
NC	Naval Canal- Estaleiros de Construção e Reparação Naval
NORMA	Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvol. Reg., S.A
ORAA	Orçamento da Região Autónoma dos Açores
PA	Portos dos Açores, S.A.
PIB	Produto Interno Bruto
PIBpm	Produto Interno Bruto a preços de mercado
PJA	Pousadas de Juventude dos Açores S.A.
PJCSC	Pousada de Juventude da Caldeira do Santo Cristo
RAA	Região Autónoma dos Açores
SAUD	SAUDAÇOR, S. A.
SEGMA	Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.
SFA	Serviços e Fundos Autónomos
SPER	Setor Público Empresarial Regional
SPRA	Sociedade de Gestão e Promoção Ambiental
SPRHI	Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infraestruturas

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA**

SRATC	Sessão Região Açores Tribunal de Contas
SRS	Sistema Regional de Saúde
STACAT	Santa Catarina S.A.
TM	Teatro Micaelense S.A..
SDEA	Sociedade de Desenvolvimento Empresarial dos Açores
ADFMA	Associação para o Desenvolvimento e Formação do Mar dos Açores

<b>CONCEITOS</b>	<b>FÓRMULA</b>
Autonomia Financeira	Capital Próprio/Total do Ativo
EBITDA	Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos
Margem do EBITDA	EBITDA/Vendas e Prestações de Serviços
Produtividade	VABcf/N.º Médio de Trabalhadores
Solvabilidade	Capital Próprio/Total do Passivo
VABcf	Valor Acrescentado Bruto a custo dos fatores
VABpm	Valor Acrescentado Bruto a Preços de Mercado
Volume de Negócios	Vendas + Prestações de Serviços
Dívida Total	Financiamentos Obtidos + Dívidas a Fornecedores

## TRABALHOS DA COMISSÃO

---

A Comissão Especializada Permanente de Economia analisou e emitiu parecer ao Relatório do Setor Público Empresarial Regional relativo ao ano de 2022, no dia 03 de maio de 2024, na Delegação da Assembleia em Ponta Delgada.

---

### 1. CAPÍTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

---

Compete à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos do n.º 1 do artigo n.º 232.º e da alínea p) do n.º 1 do artigo n.º 227.º da Constituição da República Portuguesa, bem como da alínea b) do n.º 1 do artigo 42.º do Estatuto Político – Administrativo da Região Autónoma dos Açores, aprovar as Contas da Região Autónoma dos Açores.

A apresentação do presente Relatório decorre do previsto no artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 25/2011/A, de 28 de outubro, que estabelece o regime de informação e apresentação de contas pelo Setor Público Empresarial Regional (SPER) à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRAA).

---

### 2. CAPÍTULO - UNIVERSO DAS PARTICIPAÇÕES DA RAA

---

#### 2.1. Evolução dos Direitos de Participação da RAA

Este documento foi elaborado com base nos Relatórios e Contas das empresas do Setor Público Empresarial Regional (SPER) referentes ao ano 2022, em particular na informação constante da Conta da RAA de 2022 e no Relatório e Parecer do Tribunal de Contas.

Para uma análise mais detalhada sobre esta matéria, deverão ser consultados os respetivos relatórios e contas das empresas do SPER e demais Entidades Controladas pela RAA.

O SPER da RAA é composto por participações financeiras, diretas e indiretas, em várias sociedades comerciais e entidades públicas empresariais. Além disso, a RAA participa em várias instituições sem fins lucrativos.

No decorrer do ano 2021 foram realizadas as seguintes alterações na composição do SPER:

- Liquidação da Sinaga, S.A. determinada pelo DLR n.º 30/2021/A, de 19 de outubro, e ocorrida a 3 de janeiro de 2023;

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA**

- Participação direta em 31,68% no capital social da Fábrica de Cervejas e Refrigerantes João Melo Abreu, Lda., concretizada a 26 de dezembro, em resultado da liquidação da Sinaga, S.A.;
- Alienação da Naval Canal Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda., ocorrida a 31 de outubro, autorizada pela RCG n.º 178/2021, de 22 de julho.

Com referência a 31 de dezembro de 2022, a RAA participa, direta e indiretamente, em vinte e sete empresas. Tem a participação minoritária em cinco, sendo que em uma destas empresas a participação detida é inferior a 10%, o que nos termos do DLR n.º 7/2008/A, de 24 de março, na sua redação atual, coloca-as para além do perímetro do SPER. É ainda detentora da totalidade do capital em dezoito empresas e detém a maioria em quatro.

Relativamente ao valor da carteira de participações diretas da RAA nas entidades empresariais, o mesmo apresentava um valor nominal de 281,1 milhões de euros.

No que respeita a entidades não societárias, a Região participa diretamente e indiretamente em treze entidades, onze diretamente e duas indiretamente, sendo que o valor da carteira de participações diretas da RAA das entidades não societárias era de 826 mil euros.

Do ponto de vista das principais rubricas de rendimentos do SPER, destacam-se as seguintes:

- Vendas e serviços prestados: 621,1 milhões de euros, o que representa um aumento de 169,5 milhões de euros face a 2021, tendo as EPnR contribuído com um acréscimo de 168,7 milhões de euros;
- Subsídios à exploração: 315,1 milhões de euros, uma diminuição de 39,2 milhões de euros relativamente ao ano transato, tendo as EPR registado um decréscimo de 21,8 milhões de euros, e as EPnR um decréscimo 18,2 milhões de euros.

Do ponto de vista das principais rubricas dos gastos do SPER, destacam-se as seguintes:

- Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas: 220,9 milhões de euros, representando um aumento de 34,4 milhões de euros relativamente a 2021, tendo para este aumento contribuído as EPnR com 33,1 milhões de euros;
- Fornecimentos e serviços externos: 338,9 milhões de euros, um aumento de 108,9 milhões face ao ano transato, verificando-se um aumento nas EPnR em 99,7 milhões de euros, sobretudo, ao nível do grupo SATA e nas EPR de 8,3 milhões de euros.

- Gastos com o pessoal: 298,2 milhões de euros, o que representa relativamente a 2021 um aumento de 15,4 milhões, apurando-se nas EPnR um crescimento de 10,7 milhões de euros, especialmente, no grupo SATA e nas EPR 4,7 milhões de euros;
- Gastos/reversões de depreciação e de amortização: 89,8 milhões de euros, um crescimento de 6,6 milhões relativamente a 2021, sendo que nas EPnR registou-se um aumento de 6,5 milhões de euros;
- Juros e gastos similares suportados: 38,5 milhões de euros, o que representa face ao período homólogo uma diminuição de 10,2 milhões de euros, tendo-se registado uma diminuição nas EPnR de 9,2 milhões de euros e nas EPR de 1,1 milhões de euros;

Em 2022, valor do EBITDA do SPER totaliza 68,5 milhões de euros, o equivalente a um decréscimo de 35,5 milhões de euros face ao período homólogo, tendo as EPR apresentado um valor negativo de 10,5 milhões de euros e as EPnR um valor positivo de 78,5 milhões de euros.

No ano de 2022 as empresas do SPER apresentavam, relativamente à situação patrimonial, um Ativo total de cerca de 2 596,1 milhões de euros, um aumento de 441,6 milhões de euros face a 2021, deste valor as EPR apresentavam 232,4 milhões de euros, o que correspondeu a um decréscimo de 18,9 milhões de euros face a 2021.

Do lado do Passivo, o conjunto do SPER apresentava um montante total de 2 141,6 milhões de euros, um crescimento de 303,9 milhões de euros face ao período transato, tendo as EPR registado um valor de 200,2 milhões de euros, um aumento de 14,7 milhões de euros.

O total de Capitais Próprios ascendia a 454,5 milhões de euros, um crescimento de 137,7 milhões euros relativamente a 2021, sendo os Capitais Próprios das EPR positivos em cerca de 32,2 milhões de euros, uma diminuição de 33,6 milhões de euros face a 2021.

No final de 2021, a carteira de participações financeiras estava avaliada em 280,0 milhões de euros, enquanto em 2020 esse valor era de 277,9 milhões de euros, registando-se, assim, uma variação de 2,1 milhões de euros (0,8%).

## **2.2. Participações Sociais da RAA**

A Região Autónoma dos Açores – RAA, com referência a 31 de dezembro de 2022, participa, direta ou indiretamente, em 27 empresas.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA**

Conforme o quadro abaixo, a RAA detém diretamente a totalidade do capital em 11 empresas, indiretamente em 7, a maioria em 22 empresas e tem participação minoritária em 5 empresas, sendo que em 1 destas, a participação detida é inferior a 10%, o que, em termos da redação atual do DLR nº 7/2008/A, coloca-as fora do perímetro do SPER.

**Tabela 1 – Participações da RAA em Empresas – 2022**

Participações da RAA	Participação Direta	Participação Indireta	Total de Participação
Identificação da Empresa	a) RAA	b) SPER	a) + b)
1. HDES – Hosp. Divino Espírito Santo de PDL, E.P.E.	100,00%	-	<b>100,00%</b>
2. HSE – Hosp. Santo Espírito Angra Heroísmo, E.P.E.	100,00%	-	<b>100,00%</b>
3. HH – Hospital da Horta, E.P.E.	100,00%	-	<b>100,00%</b>
4. Sata Air Açores, S.A.	100,00%	-	<b>100,00%</b>
5. Sata Internacional, S.A.	-	100,00%	<b>100,00%</b>
6. Sata – Gestão de Aeródromos, S.A.	-	100,00%	<b>100,00%</b>
7. Sata Express Inc. CAN	-	100,00%	<b>100,00%</b>
8. Azores Express Inc. USA	-	100,00%	<b>100,00%</b>
9. Atlânticoline, S.A.	100,00%	-	<b>100,00%</b>
10. OPERPDL – Soc. Operações Portuárias PDL, Lda.	-	20,00%	<b>20,00%</b>
11. OPERTERCEIRA – S. Op. P. Praia da Vitória, Lda.	-	20,00%	<b>20,00%</b>
12. OPERTRI – Soc. Operações Portuárias, Lda.	-	20,00%	<b>20,00%</b>
13. Portos dos Açores, S.A.	100,00%	-	<b>100,00%</b>
14. Lotaçor – Serviço de Lotas, S.A.	100,00%	-	<b>100,00%</b>
15. Santa Catarina – Industria Conserveira Lda.	-	100,00%	<b>100,00%</b>
16. Ilhas de Valor, S.A.	100,00%	-	<b>100,00%</b>
17. Sinaga – Soc. Industrias Agrícolas Açoreanas, S.A.	100,00%	-	<b>100,00%</b>
18. Pousada da Juventude da Caldeira de Stº Cristo, Lda	-	60,87%	<b>60,87%</b>
19. EDA – Eletricidade dos Açores, S.A.	50,10%	-	<b>50,10%</b>
20. Globaleda – Telec. E Sistemas de Informação, S.A.	-	74,90%	<b>74,90%</b>
21. EDA Renováveis	-	100,00%	<b>100,00%</b>
22. SEGMA, Lda.	-	100,00%	<b>100,00%</b>
23. NOS Açores, S.A.	-	6,18%	<b>6,18%</b>
24. Azorina, S.A.	100,00%	-	<b>100,00%</b>
25. Teatro Micaelense, S.A.	99,81%	-	<b>99,81%</b>
26. IROA, S.A.	100,00%	-	<b>100,00%</b>
27. Fábrica de Cervejas e Ref. Melo Abreu, Lda.	31,68%	-	<b>31,68%</b>

**Em liquidação**

As empresas que compõem o SPER têm um papel importante e impulsionador na economia Regional e abrangem setores estratégicos e primordiais para o desenvolvimento económico e social da RAA.

Relativamente às entidades não societárias (Associações, Institutos, Fundações, Observatórios e Escolas), a Região participa em 13 entidades.

**Tabela 2 – Participações da RAA em Entidades Não Societárias 2022**

Participações da RAA	Participação Direta	Participação Indireta	Total de Participação
Identificação da Entidade	RAA	SPER	RAA
1. ENTA – Escola de Novas Tecnologias dos Açores		60,77%	<b>60,77%</b>
2. INOVA – Inst. Inovação Tecnológica dos Açores	65,59%	0,39%	<b>65,98%</b>
3. Observatório do Turismo dos Açores	55,56%		<b>55,56%</b>
4. AVEA – Assoc. Açoriana Form. Turística e Hoteleira	91,23%	4,39%	<b>95,62%</b>
5. FEJC – Fundação Eng. José Cordeiro		29,85%	<b>29,85%</b>
6. Ass. NONAGON – P. Ciência e Tecnologia de S. Miguel	70,00%		<b>70,00%</b>
7. Associação GeoAÇORES	78,95%		<b>78,95%</b>
8. Associação RAEGE AÇORES	85,71%	14,29%	<b>100,00%</b>
9. CALL			*
10. CERCA			*
11. Associação PCTTER			*
12. Associação AD AIR CENTRE			*
13. ADFMA	53,85%		<b>53,85%</b>

\* Sem capital constitutivo

### **2.3. Entidades Públicas Reclassificadas:**

Na elaboração da Conta da RAA de 2022 foi novamente adotado o critério previsto no SEC 2010 (Sistema Europeu de Contas), pelo que foram incluídas no Setor das Administrações Públicas as seguintes entidades públicas regionais reclassificadas:

1. HDES – Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E.P.E.
2. HSE – Hospital do Santo Espírito de Angra do Heroísmo, E.P.E.
3. HH – Hospital da Horta, E.P.E.
4. Atlânticoline, S.A.
5. Ilhas de Valor, S.A.
6. Pousada da Juventude da Caldeira de Stº Cristo, Lda.
7. Teatro Micaelense, S.A.
8. IROA, S.A.
9. Azorina – Soc. De Gestão Ambiental e Conservação da Natureza, S.A.

10. AVEA - Escola Formação Turística dos Açores & Anfiteatro;
11. OTA - Observatório do Turismo dos Açores;
12. Associação NONAGON - Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel;
13. ENTA - Escola de Novas Tecnologias dos Açores;
14. ADFMA - Associação para o Desenvolvimento e Formação do Mar dos Açores.

#### 2.4. Entidades Controladas pela RAA

Tabela 3 – Entidades e Empresas do SPER por Setores de Atividade

SETOR	EMPRESA
SAÚDE	HDES PDL E.P.E.R.
	HSEIT E.P.E.R.
	HHORTA E.P.E.R.
TRANSPORTES AÉREOS	SATA Air Açores S.A.
	SATA Internacional S.A.
	SATA Gestão de Aeródromos S.A.
ENERGIA	EDA S.A.
	GLOBALEDA S.A.
	EDA Renováveis S.A.
	SEGMA Lda.
PORTOS E TRANSPORTES MARÍTIMOS	PORTOS DOS AÇORES S.A.
	ATLANTICOLINE S.A.
AGRICULTURA	IROA S.A.
	SINAGA S.A.
AMBIENTE	AZORINA S.A.
PESCAS	LOTAÇOR S.A.
	SANTA CATARINA S.A.
CULTURA	TEATRO MICAELENSE S.A.
TURISMO	PJCSC LDA.
DIVERSOS / APOIO EMPRESARIAL	ILHAS DE VALOR S.A.
Em liquidação	

ESFL - ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	AAFTH
	OTA
	NONAGON
	ENTA
	GEOAÇORES
	FEJC
	RAEGE
	INOVA
	CALL
	CERCA
	ADFMA
	AD Air Centre
	PCTTER

### 3. CAPÍTULO – SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

#### 3.1. Análise Setorial do SPER / Entidades Controladas pela RAA - 2022

Para análise mais detalhada e rigorosa procedeu-se à decomposição do SPER e Entidades Controladas pela RAA, por setores de atividade e por grupos empresariais.

##### a) Saúde

No setor da Saúde foram incluídos os três Hospitais da Região (Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E.P.E.R.; Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo, E.P.E.R; Hospital da Horta, E.P.E.R).

**Tabela 4 – Saúde – Indicadores Financeiros 2022**

ENTIDADE	PARTIC. RAA	ATIVO	PASSIVO	CAPITAL PRÓPRIO 2022	CAPITAL PRÓPRIO 2021	DÍVIDA TOTAL 2022	DÍVIDA TOTAL 2021
HDESPD E.P.E.R.	100,0%	100 033	96 371	3 662	14 310	71 642	63 700
HH E.P.E.R.	100,0%	24 646	25 446	-800	5 291	18 670	13 938
HSEIT E.P.E.R.	100,0%	17 943	49 960	-32 017	-25 962	36 082	31 378
<b>TOTAL</b>		<b>142 622</b>	<b>171 777</b>	<b>-29 155</b>	<b>-6 361</b>	<b>126 394</b>	<b>109 016</b>

No final de 2022, registava-se um agravamento dos Capitais Próprios negativos, face ao ano anterior. Dos três hospitais, apenas o HDES mantem os Capitais Próprios positivos.

A dívida total do setor da saúde aumentou em 17,3 milhões de euros.

Tabela 5 – Saúde – Resultados Financeiros de 2022

ENTIDADE	GASTOS PESSOAL 2022	GASTOS PESSOAL 2021	VAR. ANUAL	N.º TRAB. 2022	N.º TRAB. 2021	VAR. ANUAL	Rácio GP. /Trab. 2022	Rácio GP./Trab. 2021
HDESPD E.P.E.R.	74 713	72 230	2 483	2 218	2 166	52	34	33
HH E.P.E.R.	18 842	19 121	-279	529	527	2	36	36
HSEIT E.P.E.R.	48 924	43 889	5 035	1 398	1 346	52	35	33
<b>TOTAL</b>	<b>142 479</b>	<b>135 240</b>	<b>7 239</b>	<b>4 145</b>	<b>4 039</b>	<b>106</b>	<b>104</b>	<b>102</b>

EBITDA 2022	EBITDA 2021	GASTOS FINANC. 2022	GASTOS FINANC. 2021	RLE 2022	RLE 2021
-6 798	10 793	1 339	1 835	-12 871	4 438
-3 083	736	146	266	-6 008	-2 041
-6 930	5 617	132	260	-7 844	4 721
<b>-16 811</b>	<b>17 146</b>	<b>1 617</b>	<b>2 361</b>	<b>-26 723</b>	<b>7 118</b>

Os gastos com o pessoal aumentaram para 142,4 milhões de euros, mais 7,9 milhões de euros do que em 2020.

O EBITDA registou um agravamento na ordem dos -16,8 milhões de euros.

No agregado do setor da saúde, os resultados líquidos negativos agravaram-se, tendo passado de 7,1 milhões de euros positivos, em 2021, para um resultado líquido negativo de – 26,7 milhões de euros, em 2022.

#### b) Transportes Aéreos

No setor dos transportes aéreos foram incluídas as empresas SATA Air Açores, S.A., SATA Internacional – Azores Airlines, S.A. e SATA Gestão de Aeródromos.

Tabela 6 – Transportes Aéreos – Indicadores Financeiros 2022

ENTIDADE	ATIVO	PASSIVO	CAPITAL PRÓPRIO 2022	CAPITAL PRÓPRIO 2021	DÍVIDA TOTAL 2022	DÍVIDA TOTAL 2021
Sata Internacional	192 247	563 647	-371 400	-332 526	23 621	35 907
Sata Gestão Aeródromos	11 334	10 195	1 139	1 593	1 129	651
Sata Air Açores	549 923	659 404	-109 481	-109 098	273 152	331 275
<b>TOTAL</b>	<b>753 504</b>	<b>1 233 246</b>	<b>-479 742</b>	<b>-440 031</b>	<b>297 902</b>	<b>367 833</b>

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA**

No que respeita às três empresas do Grupo Sata verificou-se um agravamento dos Capitais Próprios negativos em 2022, situando-se agora nos -479,7 milhões de euros (-440 milhões de euros em 2021).

O montante da dívida (financiamentos obtidos e dívidas a fornecedores) das 3 empresas do Grupo situa-se nos 297,9 milhões de euros em 2022, diminuindo 69,9 milhões de euros em relação a 2021.

**Tabela 7 – Transportes Aéreos – Resultados Financeiros de 2022**

ENTIDADE	GASTOS COM PESSOAL 2022	Nº TRAB 2022	RÁCIO GP/TRAB 2022	EBITDA	GASTOS FINANCEIROS	RLE
Sata Internacional	41391	706	58,63	-1 084	18 703	-47 234
Sata Gestão Aeródromos	1164	32	36,38	-955	68	-660
Sata Air Açores	41774	853	48,97	7 299	11 117	-8 747
<b>TOTAL</b>	<b>84 329</b>	<b>1 591</b>	<b>53,00</b>	<b>5 260</b>	<b>29 888</b>	<b>-56 641</b>

Os gastos com o pessoal registaram um aumento para os 84,3 milhões de euros, comparando com os 73,9 milhões de euros em 2021, para um conjunto de 1.591 trabalhadores (1.429 trabalhadores em 2021).

Os resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) melhoraram para 5,3 milhões de euros (-1,7 milhões de euros em 2021).

**c) Energia**

Foram incluídas neste setor as empresas pertencentes ao Grupo EDA, detido maioritariamente pela RAA, nomeadamente a EDA Renováveis, EDA, Global Eda, SEGMA e a NORMA.

**Tabela 8 – Energia – Indicadores Financeiros 2022**

ENTIDADE	ATIVO	PASSIVO	CAPITAL PRÓPRIO 2022	CAPITAL PRÓPRIO 2021	DÍVIDA TOTAL 2022	DÍVIDA TOTAL 2021
Eda	790 263	466 272	323 991	223 661	412 442	3 419
Global Eda	7 238	3 377	3 861	3 929	2 042	363 835
Eda Renováveis	206 102	26 305	179 797	115 306	19 758	1 965
Segma	12 250	2 480	9 770	9 314	1 129	1 213
<b>TOTAL</b>	<b>1 015 853</b>	<b>498 434</b>	<b>517 419</b>	<b>352 210</b>	<b>435 371</b>	<b>370 432</b>

As empresas do Grupo EDA registaram 517,4 milhões de euros de Capital Próprio positivo, evidenciado uma sólida estrutura de capitais e representando um dos ativos financeiros mais importantes da RAA.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA**

A dívida total aumentou significativamente para os 435,3 milhões de euros.

**Tabela 91 – Energia – Resultados Financeiros de 2022**

ENTIDADE	GASTOS COM PESSOAL 2022	Nº TRAB 2022	RÁCIO GP/TRAB 2022	EBITDA	GASTOS FINANCEIROS	RLE
Eda	33 330	791	42,14	45 837	4 243	14 717
Global Eda	2 845	96	29,64	81	8	-61
Eda Renováveis	2 650	77	34,42	17 606	17	9 999
Segma	1 662	54	30,78	1 147	0	1 033
<b>TOTAL</b>	<b>40 487</b>	<b>1 018</b>	<b>39,77</b>	<b>45 918</b>	<b>4 268</b>	<b>25 688</b>

Os gastos com o pessoal aumentaram para 40,4 milhões de euros (39,8 milhões de euros em 2021).

Em 2022, o Grupo EDA registou um resultado líquido do exercício de 25,7 milhões de euros (26,7 milhões de euros em 2021).

**d) Portos e Transportes Marítimos**

Foram incluídas neste setor a empresa Portos dos Açores, S.A., que detém a Naval Canal, Lda. e a Atlânticoline, S.A..

**Tabela 20 – Portos e Transportes Marítimos – Indicadores Financeiros 2022**

ENTIDADE	ATIVO	PASSIVO	CAPITAL PRÓPRIO 2022	CAPITAL PRÓPRIO 2021	DÍVIDA TOTAL 2022	DÍVIDA TOTAL 2021
Portos dos Açores	538 404	172 250	366 154	357 965	75 186	74 999
Atlanticoline	21 482	2 401	19 081	18 688	1 244	1 092
Naval Canal	0	0	0	32	0	14
<b>TOTAL</b>	<b>559 886</b>	<b>174 651</b>	<b>385 235</b>	<b>376 685</b>	<b>76 430</b>	<b>76 105</b>

Os Capitais Próprios das empresas do grupo Portos dos Açores, no final de 2022, foram de 385,2 milhões de euros, mais 8,5 do que em 2021, mantendo assim uma autonomia financeira positiva.

A dívida total do grupo atingiu os 76,4 milhões de euros.

**Tabela 13 – Portos e Transportes Marítimos – Resultados Financeiros de 2022**

ENTIDADE	GASTOS COM PESSOAL 2022	Nº TRAB 2022	RÁCIO GP/TRAB 2022	EBITDA	GASTOS FINANCEIROS	RLE
Portos dos Açores	13 721	284	48,31	7 729	1 572	1 047
Atlanticoline	3 560	123	28,94	2 108	83	1 099
Naval Canal	0	0	-	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>17 281</b>	<b>407</b>	<b>42,46</b>	<b>9 837</b>	<b>1 655</b>	<b>2 146</b>

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA**

O valor do EBITDA manteve-se positivo, na ordem dos 9,8 milhões de euros, enquanto os gastos financeiros foram de 1,6 milhões de euros.

Os resultados líquidos do exercício passaram a valores positivos na ordem dos 2,1 milhões de euros.

**e) Agricultura**

A SINAGA e a IROA são as duas empresas do SPER na área agrícola. A primeira desenvolveu a sua atividade da cultura da beterraba e comercializa álcool e açúcar. O IROA, por sua vez, trata da gestão e melhoramentos na rede de caminhos agrícolas, fornecimento de água e energia elétrica às explorações agrícolas.

Conforme previsto no plano de reestruturação do SPER, a RAA deu início ao processo de liquidação da Sinaga, S.A. tendo, nos termos da alínea b) do artigo 24.º do ORAA 2021 e do Despacho n.º 1572/2021, de 23 de julho, procedido à assunção de toda a dívida anteriormente titulada por esta empresa.

A extinção da Sinaga, S.A., foi determinada pelo DLR n.º 30/2021/A, de 19 de outubro, no entanto o processo de extinção não foi concluído em 2022, ficando a entidade em processo de liquidação, tendo 39 colaboradores sido integrados Administração Regional.

**Tabela 34 – Agricultura – Indicadores Financeiros 2022**

ENTIDADE	ATIVO	PASSIVO	CAPITAL PRÓPRIO 2022	CAPITAL PRÓPRIO 2021	DÍVIDA TOTAL 2022	DÍVIDA TOTAL 2021
IROA SA	21 616	7 201	14 415	14 465	2 567	2 960
SINAGA SA	96	5 141	-5 045	-5 696	519	1 307
<b>TOTAL</b>	<b>21 712</b>	<b>12 342</b>	<b>9 370</b>	<b>8 769</b>	<b>3 086</b>	<b>4 267</b>

É de salientar um aumento de 0,6 milhões de euros dos Capitais Próprios no conjunto das empresas. No que se refere à dívida total das empresas do setor, esta reduziu em 1,2 milhões de euros.

**Tabela 45 – Agricultura – Resultados Financeiros de 2022**

ENTIDADE	GASTOS COM PESSOAL 2021	Nº TRAB 2021	RÁCIO GP/TRAB 2021	EBITDA	GASTOS FINANCEIROS	RLE
IROA SA	845	29	29,14	2 688	64	638
SINAGA SA	1	0	-	-3	0	-4
<b>TOTAL</b>	<b>846</b>	<b>29</b>	<b>29,17</b>	<b>2 685</b>	<b>64</b>	<b>634</b>

Os resultados líquidos das duas empresas importaram em cerca de 0,6 milhões de euros.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA**

A liquidação da Sinaga, S.A. foi determinada pelo DLR n.º 30/2021/A, de 19 de outubro, e ocorrida a 3 de janeiro de 2023.

**f) Ambiente**

Foi incluída neste setor a empresa AZORINA, S.A..

**Tabela 56 – Ambiente – Indicadores Financeiros 2022**

ENTIDADE	ATIVO	PASSIVO	CAPITAL PRÓPRIO 2022	CAPITAL PRÓPRIO 2021	DÍVIDA TOTAL 2022	DÍVIDA TOTAL 2021
AZORINA SA	0	0	0	9 197	0	6 227
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>9 197</b>	<b>0</b>	<b>6 227</b>

A Azorina não apresenta valores em 2022, tendo sido excluídos os saldos finais de 2021, em função dos seus processos de extinção e liquidação.

A Azorina, S.A. viu a sua extinção regulada pelo DLR n.º 39/2021/A, de 28 de dezembro, tendo o registo de liquidação data de 24.03.2023.

**Tabela 6 – Ambiente – Resultados Financeiros de 2022**

ENTIDADE	GASTOS COM PESSOAL 2022	Nº TRAB 2022	RÁCIO GP/TRAB 2022	EBITDA	GASTOS FINANCEIROS	RLE
AZORINA SA	0	0	-	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**g) Pescas**

Foram incluídas neste sector as empresas Lotaçor, S.A. e Santa Catarina, S.A..

**Tabela 18 – Pescas – Resultados Financeiros de 2022**

ENTIDADE	ATIVO	PASSIVO	CAPITAL PRÓPRIO 2022	CAPITAL PRÓPRIO 2021	DÍVIDA TOTAL 2022	DÍVIDA TOTAL 2021
Lotaçor	41 403	26 566	14 837	6 643	18 008	31 737
Santa Catarina	7 357	2 604	4 753	-2 268	331	9 085
<b>TOTAL</b>	<b>48 760</b>	<b>29 170</b>	<b>19 590</b>	<b>4 375</b>	<b>18 339</b>	<b>40 822</b>

O grupo Lotaçor melhorou os seus capitais próprios, passando de 4,4 milhões de euros em 2021 para 19,6 milhões de euros em 2022.

A dívida baixou 22,5 milhões euros.

**Tabela 19 – Pescas – Resultados Financeiros de 2022**

ENTIDADE	GASTOS COM PESSOAL 2022	Nº TRAB 2022	RÁCIO GP/TRAB 2022	EBITDA	GASTOS FINANCEIROS	RLE
Lotaçor	5 376	206	26,10	1 085	743	-831
Santa Catarina	980	0	-	-227	26	-498
<b>TOTAL</b>	<b>6 356</b>	<b>206</b>	<b>30,85</b>	<b>858</b>	<b>769</b>	<b>-1 329</b>

O resultado do exercício, tal como em 2021, foi negativo na ordem dos 1,3 milhões de euros.

#### **h) Cultura**

Foi incluída neste setor o Teatro Micaelense, S.A.

**Tabela 20 – Cultura – Indicadores Financeiros 2022**

ENTIDADE	ATIVO	PASSIVO	CAPITAL PRÓPRIO 2022	CAPITAL PRÓPRIO 2021	DÍVIDA TOTAL 2022	DÍVIDA TOTAL 2021
TEATRO MICAELENSE SA	9 446	652	8 794	8 880	537	522
<b>TOTAL</b>	<b>9 446</b>	<b>652</b>	<b>8 794</b>	<b>8 880</b>	<b>537</b>	<b>522</b>

O Capital Próprio do Teatro Micaelense é praticamente igual ao ano anterior. O valor da dívida sobe ligeiramente de 522 mil euros para 537 mil euros.

**Tabela 21 – Cultura – Resultados Financeiros de 2022**

ENTIDADE	GASTOS COM PESSOAL 2022	Nº TRAB 2022	RÁCIO GP/TRAB 2022	EBITDA	GASTOS FINANCEIROS	RLE
TEATRO MICAELENSE SA	444	22	20,18	65	5	-85
<b>TOTAL</b>	<b>444</b>	<b>22</b>	<b>20,18</b>	<b>65</b>	<b>5</b>	<b>-85</b>

Ao nível do desempenho, o resultado líquido, apresenta valores negativos, 85 mil euros.

#### **i) Turismo**

Foram incluídas neste setor de atividade a empresa PJCS – Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.

**Tabela 22 – Turismo – Indicadores Financeiros 2022**

ENTIDADE	ATIVO	PASSIVO	CAPITAL PRÓPRIO 2022	DÍVIDA TOTAL 2022	CAPITAL PRÓPRIO 2021	DÍVIDA TOTAL 2021
PIJCS LDA	1 570	831	739	831	792	817
<b>TOTAL</b>	<b>1 570</b>	<b>831</b>	<b>739</b>	<b>831</b>	<b>792</b>	<b>817</b>

Os Capitais Próprios reduziram, mas mantiveram-se positivos em 739 mil euros.

**Tabela 23 – Turismo – Resultados Financeiros de 2022**

ENTIDADE	GASTOS COM PESSOAL 2022	Nº TRAB 2022	RÁCIO GP/TRAB 2022	EBITDA	GASTOS FINANCEIROS	RLE
PJCSC LDA	0	0	-	-14	0	-53
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>-14</b>	<b>0</b>	<b>-53</b>

Apenas a contar com a PJCSC o resultado é negativo.

### j) Diversos / Apoio Empresarial

Foram incluídas neste setor, de diversos e apoio empresarial, as empresas SDEA - Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, EPER e Ilhas de Valor, S.A.

**Tabela 23 – Diversos / Apoio Empresarial – Indicadores Financeiros 2022**

ENTIDADE	ATIVO	PASSIVO	CAPITAL PRÓPRIO 2022	CAPITAL PRÓPRIO 2021	DÍVIDA TOTAL 2022	DÍVIDA TOTAL 2021
Ilhas de Valor	32 632	15 830	16 802	17 282	14 163	11 523
SDEA	0	0	0	2 829	0	31
<b>TOTAL</b>	<b>32 632</b>	<b>15 830</b>	<b>16 802</b>	<b>20 111</b>	<b>14 163</b>	<b>11 554</b>

De assinalar a redução dos Capitais Próprios para 16,8 milhões de euros e o aumento da dívida para 14,1 milhões de euros.

A SDEA não apresenta valores em 2022, tendo sido excluídos os saldos finais de 2021, em função dos seus processos de extinção e liquidação.

A SDEA, E.P.E.R. foi extinta nos termos do disposto no DLR n.º 15/2021/A, de 6 de maio, tendo o registo de liquidação data de 30.09.2021.

**Tabela 74 – Diversos / Apoio Empresarial – Resultados Financeiros de 2022**

ENTIDADE	GASTOS COM PESSOAL 2020	Nº TRAB 2020	RÁCIO GP/TRAB 2020	EBITDA	GASTOS FINANCEIROS	RLE
Ilhas de Valor	1 578	81	19,48	1 331	250	629
SDEA	0	0	-	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>1 578</b>	<b>81</b>	<b>19,48</b>	<b>1 331</b>	<b>250</b>	<b>629</b>

No seu conjunto, as empresas registaram um aumento do EBITDA, para um total positivo de 1,3 milhões de euros, registando-se resultados líquidos positivos na ordem dos 0,6 milhões de euros.

**k) Entidades Sem Fins Lucrativos (ESFL)**

Foram incluídas as seguintes entidades sem fins lucrativos: AAFTH - Associação Açoriana De Formação Turística E Hoteleira; OTA – Observatório de Turismo dos Açores; ENTA – Escola de Novas Tecnologias dos Açores; Fundação Engenheiro José Cordeiro; INOVA – Instituto de Inovação Tecnológica Dos Açores; NONAGON - Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel; GEOAÇORES – Ass. Geoparque Açores; ASS. RAEGE AÇORES – Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais, CERCA, AD Air Centre e PCTER.

**Tabela 85 – Entidades Sem Fins Lucrativos – Indicadores Financeiros 2022**

ENTIDADE	ATIVO	PASSIVO	CAPITAL PRÓPRIO 2022	DÍVIDA TOTAL 2022	CAPITAL PRÓPRIO 2021	DÍVIDA TOTAL 2021
AVEA	686	548	138	166	-439	731
OTA	229	203	26	4	25	3
NONAGON	312	138	174	0	184	0
ENTA	1 131	141	990	5	296	4
GEOAÇORES	77	34	43	21	43	13
FEJC	31	0	31	0	31	0
RAEGE	238	42	196	11	210	8
INOVA	2 938	451	2 487	227	2 501	176
CALL	125	6	119	6	142	5
CERCA	68	4	64	4	84	1
ADFMA	632	436	196	123	177	7
AD Air Centre	2 777	2 096	681	104	277	102
PCTTER	844	567	277	22	175	19
<b>TOTAL</b>	<b>10 088</b>	<b>4 666</b>	<b>5 422</b>	<b>693</b>	<b>3 706</b>	<b>1 069</b>

No final de 2021 as Entidades Sem Fins Lucrativos controladas pela RAA apresentavam, no seu conjunto, Capitais Próprios positivos, no valor agregado de 5,4 milhões de euros. A Dívida Total situava-se em 1,1 milhões de euros.

**Tabela 96 – ESFL – Resultados Financeiros de 2022**

ENTIDADE	GASTOS COM PESSOAL 2022	Nº TRAB 2022	RÁCIO GP/TRAB 2022	EBITDA	GASTOS FINANCEIROS	RLE
AVEA	872	41	21,27	-135	11	-161
OTA	125	6	20,83	2	0	1
NONAGON	359	12	29,92	62	0	3
ENTA	284	11	25,82	156	13	117
GEOAÇORES	22	2	11,00	4	0	2
FEJC	0	0	-	1	0	0
RAEGE	127	7	18,14	85	0	35
INOVA	757	35	21,63	118	5	14
CALL	0	0	-	-22	0	-23
CERCA	0	0	-	-20	0	-20
ADFMA	265	13	20,38	63	0	34
AD Air Centre	1425	24	59,38	188	0	85
PCTTER	168	6	28,00	100	0	81
<b>TOTAL</b>	<b>4 404</b>	<b>157</b>	<b>256,37</b>	<b>602</b>	<b>29</b>	<b>168</b>

Ao nível do desempenho financeiro, as ESFL controladas pela RAA apresentaram, no seu conjunto, um EBITDA positivo, na ordem dos 0,6 milhões de euros, igual a 2021.

Em termos globais, apresentam um resultado líquido positivo de 168 mil euros (289 mil euros em 2021).

### 3.2. Apreciação Global

No quadro abaixo apresentam-se os indicadores e resultados financeiros agregados referentes às entidades que compõem o SPER e as Entidades Controladas pela RAA no ano de 2022.

**Tabela 10 – SPER – Indicadores Financeiros Agregados 2022**

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA**

SETOR	ENTIDADE	ATIVO	PASSIVO	CAPITAL PRÓPRIO 2022*	CAPITAL PRÓPRIO 2021*	DÍVIDA TOTAL 2022	DÍVIDA TOTAL 2021
AGRICULTURA	IROA S.A.	21 616	7 201	14 415	14 465	2 567	2 960
AMBIENTE	AZORINA S.A.	0	0	0	9 197	0	6 227
CULTURA	TEATRO MICAELENSE S.A.	9 446	652	8 794	8 880	537	522
DIVERSOS	ILHAS DE VALOR SA	32 632	15 830	16 802	17 282	14 163	11 523
DIVERSOS	SDEA, E.P.E.R.	0	0	0	2 829	0	31
SAÚDE	HDESPD E.P.E.R.	100 033	96 371	3 662	14 310	71 642	63 700
SAÚDE	HH E.P.E.R.	24 646	25 446	-800	5 291	18 670	13 938
SAÚDE	HSEIT E.P.E.R.	17 943	49 960	-32 017	-25 962	36 082	31 378
TURISMO	PJCSA LDA.	1 570	831	739	792	831	817
PORTOS E TR. MARÍTIMOS	ATLANTICOLINE*	21 482	2 401	19 081	18 688	1 244	1 092
ESFL	OTA - Obs. Turismo Açores**	229	203	26	25	1	3
ESFL	AVEA**	686	548	138	-439	166	731
ESFL	ENTA**	1 131	141	990	296	5	8
ESFL	ADFMA**	632	436	196	177	123	7
ESFL	NONAGON**	312	138	174	184	0	0
<b>1) ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS</b>		<b>232 358</b>	<b>200 158</b>	<b>32 200</b>	<b>66 015</b>	<b>146 031</b>	<b>132 937</b>

SETOR	ENTIDADE	ATIVO	PASSIVO	CAPITAL PRÓPRIO 2022*	CAPITAL PRÓPRIO 2021*	DÍVIDA TOTAL 2022	DÍVIDA TOTAL 2021
AGRICULTURA	SINAGA S.A.	96	5 141	-5 045	-5 696	519	1 307
ENERGIA	EDA Renováveis	206 102	26 305	179 797	115 306	19 758	3 419
ENERGIA	EDA	790 263	466 272	323 991	223 661	412 442	363 835
ENERGIA	Global EDA	7 238	3 377	3 861	3 929	2 042	1 965
ENERGIA	SEGMA	12 250	2 480	9 770	9 314	1 129	1 213
PESCAS	LOTAÇOR	41 403	26 566	14 837	6 643	18 008	31 737
PESCAS	Santa Catarina	7 357	2 604	4 753	-2 268	331	9 085
PORTOS E TR. MARÍTIMOS	Portos dos Açores	538 404	172 250	366 154	357 965	75 186	74 999
PORTOS E TR. MARÍTIMOS	Naval Canal	0	0	0	32	0	14
TRANSPORTES AÉREOS	Sata Internacional	192 247	563 647	-371 400	-332 526	23 621	35 907
TRANSPORTES AÉREOS	Sata Gestão Aeródromos	11 334	10 195	1 139	1 593	1 129	651
TRANSPORTES AÉREOS	Sata Air Açores	549 923	659 404	-109 481	-109 098	273 152	331 275
<b>2) OUTRAS ENTIDADES DO SPER</b>		<b>2 356 617</b>	<b>1 938 241</b>	<b>418 376</b>	<b>268 855</b>	<b>827 317</b>	<b>855 407</b>
ESFL	Ass. Geoçores	77	34	43	43	21	13
ESFL	F. Eng Jose Cordeiro	31	0	31	31	0	0
ESFL	INOVA	2 938	451	2 487	2 501	227	176
ESFL	Ass. RAEGE Açores	238	42	196	210	11	8
ESFL	CALL	125	6	119	142	6	5
ESFL	CERCA	68	4	64	84	4	1
ESFL	AD Air Centre	2 777	2 096	681	277	104	102
ESFL	PCTTER	844	567	277	175	22	19
<b>3) ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS</b>		<b>7 098</b>	<b>3 200</b>	<b>3 898</b>	<b>3 463</b>	<b>395</b>	<b>324</b>
<b>TOTAL (4) = 1) + 2) + 3)</b>		<b>2 596 073</b>	<b>2 141 599</b>	<b>454 474</b>	<b>338 333</b>	<b>973 743</b>	<b>988 668</b>

**Tabela 28 – SPER – Resultados Financeiros Agregados 2022**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

ENTIDADE	GASTOS PESSOAL 2022	GASTOS PESSOAL 2021	VAR. ANUA <sup>1</sup>	N.º TRAB. 2022	N.º TRAB. 2021	VAR. ANUA <sup>1</sup>	Rácio GP. /Trab. 2022	Rácio GP./Trab. 2021
IROA S.A.	845	837	8	29	28	1	29,14	29,89
AZORINA S.A.	0	3 108	-3 108	0	180	-180	-	17,27
TEATRO MICAELENSE S.A.	444	472	-28	22	19	3	20,18	24,84
ILHAS DE VALOR SA	1 578	1 441	-997	81	82	-1	19,48	17,57
SDEA, E.P.E.R.	0	481	-481	0	35	-35	-	13,74
HDESPD E.P.E.R.	74 713	72 230	2 483	2 218	2 166	52	33,68	33,35
HH E.P.E.R.	18 842	19 121	-279	529	527	2	35,62	36,28
HSEIT E.P.E.R.	48 924	43 889	5 035	1 398	1 346	52	35,00	32,61
PICSA LDA.	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
ATLANTICOLINE*	3 560	3 084	476	123	113	10	28,94	27,29
OTA - Obs. Turismo Açores**	125	148	-23	6	4	2	20,83	37,00
AVEA**	872	726	146	41	40	1	21,27	18,15
ENTA**	284	287	-3	11	12	-1	25,82	23,92
ADFMA**	265	199	66	13	7	6	20,38	28,43
NONAGON**	359	322	37	12	14	-2	29,92	23,00
	<b>150 811</b>	<b>146 345</b>	<b>3 332</b>	<b>4 483</b>	<b>4 573</b>	<b>-90</b>	<b>320,26</b>	<b>363,34</b>

ENTIDADE	GASTOS PESSOAL 2022	GASTOS PESSOAL 2021	VAR. ANUA <sup>1</sup>	N.º TRAB. 2022	N.º TRAB. 2021	VAR. ANUA <sup>1</sup>	Rácio GP. /Trab. 2022	Rácio GP./Trab. 2021
SINAGA S.A.	1	607	-606	0	31	-31	-	19,58
EDA Renováveis	2 650	2 628	22	77	80	-3	34,42	32,85
EDA	33 330	32 917	413	791	790	1	42,14	41,67
Global EDA	2 845	2 764	81	96	99	-3	29,64	27,92
SEGMA	1 662	1 550	112	54	52	2	30,78	29,81
LOTAÇOR	5 376	4 837	539	206	197	9	26,10	24,55
Santa Catarina	980	1930	-950	0	134	-134	-	14,40
Portos dos Açores	13721	13039	682	284	277	7	48,31	47,07
Naval Canal	0	55	-55	0	3	-3	-	18,33
Sata Internacional	41391	35173	6218	706	627	79	58,63	56,10
Sata Gestão Aeródromos	1164	985	179	32	26	6	36,38	37,88
Sata Air Açores	41774	37750	4 024	853	776	77	48,97	48,65
-	<b>144894</b>	<b>134 235</b>	<b>10659</b>	<b>3 099</b>	<b>3092</b>	<b>7</b>	<b>355,35</b>	<b>398,82</b>
Geoaçores	22	21	1	2	2	0	11,00	10,50
F. Eng Jose Cordeiro	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
INOVA	757	748	9	35	37	-2	21,63	20,22
Ass. RAEGE Açores	127	143	-16	7	9	-2	18,14	15,89
CALL	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
CERCA	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
AD Air Centre	1425	1170	255	24	18	6	59,38	65,00
PCTTER	168	166	2	6	7	-1	28,00	23,71
-	<b>2 499</b>	<b>2 248</b>	<b>251</b>	<b>74</b>	<b>73</b>	<b>1</b>	<b>138,15</b>	<b>135,32</b>
-	<b>298204</b>	<b>282 828</b>	<b>14242</b>	<b>7 656</b>	<b>7738</b>	<b>-82</b>	<b>813,76</b>	<b>897,48</b>

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

Tabela 2011 – SPER – Resultados Financeiros Agregados 2022

ENTIDADE	EBITDA 2022	EBITDA 2021	GASTOS FINANC. 2022	GASTOS FINANC. 2021	RLE 2022	RLE 2021
IROA S.A.	2 688	3 068	64	108	638	1 017
AZORINA S.A.	0	732	0	88	0	151
TEATRO MICAELENSE S.A.	65	-93	5	21	-85	-266
ILHAS DE VALOR SA	1 331	-302	250	231	629	-1 013
SDEA, E.P.E.R.	0	-309	0	0	0	-317
HDESPD E.P.E.R.	-6 798	10 793	1 339	1 835	-12 871	4 438
HH E.P.E.R.	-3 083	736	146	266	-6 008	-2 041
HSEIT E.P.E.R.	-6 930	5 617	132	260	-7 844	4 721
PICSA LDA.	-14	4	0	0	-53	-35
ATLANTICOLINE*	2 108	2 374	83	279	1 099	1 104
OTA - Obs. Turismo Açores**	2	5	0	0	1	1
AVEA**	-135	31	11	14	-161	4
ENTA**	156	119	13	13	117	88
ADFMA**	63	19	0	0	34	8
NONAGON**	62	84	0	0	3	18
	<b>-10 485</b>	<b>22 878</b>	<b>2 043</b>	<b>3 115</b>	<b>-24 501</b>	<b>7 878</b>
ENTIDADE	EBITDA 2022	EBITDA 2021	GASTOS FINANC. 2022	GASTOS FINANC. 2021	RLE 2022	RLE 2021

SINAGA S.A.	-3	425	0	408	-4	-225
EDA Renováveis	17 606	18 180	17	27	9 999	10 591
EDA	45 837	44 304	4 243	2 958	14 717	15 044
Global EDA	81	210	8	8	-61	35
SEGMA	1147	1156	0	0	1 033	1 013
LOTAÇOR	-227	-69	26	319	-498	-641
Santa Catarina	7729	6012	1 572	1 536	1 047	-279
Portos dos Açores	0	12	0	0	0	3
Naval Canal	-1084	-5600	18 703	18 516	-47 234	-50 229
Sata Internacional	-955	-260	68	74	-660	-8
Sata Gestão Aeródromos	7299	12817	11 117	20 905	-8 747	-6 733
Sata Air Açores	<b>78515</b>	<b>79484</b>	<b>36 497</b>	<b>45 656</b>	<b>-31 239</b>	<b>-31 207</b>
<b>SPER</b>	4	-32	0	0	2	-35
	1	2	0	0	0	2
	118	163	5	8	14	16
Ass. Geoaçores	85	77	0	0	35	46
F. Eng Jose Cordeiro	-22	6	0	0	-23	6
INOVA	-20	1	0	0	-20	1
Ass. RAEGE Açores	188	67	0	0	85	40
	100	100	0	0	81	94
<b>CALL</b>	<b>454</b>	<b>384</b>	<b>5</b>	<b>8</b>	<b>174</b>	<b>170</b>
<b>CERCA</b>	<b>68484</b>	<b>102746</b>	<b>38 545</b>	<b>48 779</b>	<b>-55 566</b>	<b>-23 159</b>
AD						
PCTTER						

**Resumo:**

Após análise do relatório da Conta da Região Autónoma dos Açores de 2022 e tendo em conta, o Parecer do Tribunal de Contas no que diz respeito a esta matéria, no fim do exercício de 2022, a carteira de participações da Região Autónoma dos Açores apresentava um valor nominal de 281,9 milhões de euros, sendo que deste valor, 176,8 milhões de euros respeitavam a participações. no capital social das 14 EPR. Comparativamente a 31 de dezembro de 2021, regista-se um aumento de 1,9 milhões de euros no valor da carteira de participações diretas detidas pela RAA, resultante da participação direta na Fábrica de Cervejas e Refrigerantes João Melo Abreu, Lda, em 1,7 milhões de euros, do aumento da participação do capital detido pela RAA na AVEA, em 235 mil euros, e menos 100 mil euros do processo de liquidação da Azorina, S.A.

Para além destas operações, o Governo Regional transferiu 62 milhões de euros para a Sata Air Açores, S.A., para promover um aumento do capital social, desiderato que não foi concretizado pela empresa até 31-12-2022, e é detentor da participação em três fundos, que a 31 de dezembro apresentavam o seguinte ponto de situação:

- Fundo de Capital & Quase Capital: com o total do capital subscrito pela RAA no montante de 10 milhões de euros, encontrando-se realizado em 2,5 milhões de euros;
- Fundo de Dívida & Garantias: com o total do capital subscrito pela RAA no montante de 10 milhões de euros, encontrando-se realizado em 2,5 milhões de euros;
- Fundo de Capital de Risco Azores Venture: detendo a RAA 100 unidades de participação subscritas e realizadas, correspondente a um capital subscrito e realizado 1 milhão de euros;

Relativamente ao Fundo de Capitalização das Empresas dos Açores criado em 2021 pela RCG n.º 276/2021, de 22 de novembro, não se registaram, ainda, subscrições.

Em 2022, o desempenho económico das entidades participadas pela Região piorou, tendo se verificado ainda um agravamento da dívida total.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA**

Em termos agregados, apresentava o Património líquido/capital próprio/fundo patrimonial de 140,4 milhões de euros, registando uma degradação de 28,6 milhões de euros face ao ano anterior.

No que diz respeito a Entidades Públicas Reclassificadas, o Hospital do Santo Espírito da ilha Terceira, E.P.E.R., o Hospital da Horta, E.P.E.R., e o Grupo SATA encontram-se em situação de falência técnica.

A Dívida de 1 323,3 milhões de euros, aumentou 62,2 milhões de euros em 2022 (+4,9% face a 2021). Do total, 155 milhões de euros (11,7%) correspondem a dívida contraída por entidades públicas reclassificadas, que registou, em 2022, um aumento de 10,9 milhões de euros.

A dívida das entidades públicas que não integram o perímetro orçamental totalizou 1 168,4 milhões de euros, registando um acréscimo de 51,3 milhões de euros face ao exercício anterior.

Em contabilidade pública, esta dívida não está contabilizada na dívida pública regional, mas é geradora de responsabilidades contingentes para a Região Autónoma dos Açores, decorrentes da concessão de avales e de cartas de conforto.

No final de 2022, a Região havia prestado garantias relativamente a empréstimos contraídos por entidades públicas que não integram o perímetro orçamental no montante de 337,2 milhões de euros / , dos quais 201 milhões de euros (59,6%) respeitam ao Grupo SATA .

A dívida das entidades públicas que não integram o perímetro orçamental era detida em 99,6% pelos Grupos SATA, com 55,3% (646,4 milhões de euros), EDA, com 33,8% (394,6 milhões de euros), Portos dos Açores, com 8,4% (97,7 milhões de euros) e Lotaçor, com 2,1% (24,6 milhões de euros).

O EBITDA agregado foi de 50,6 milhões de euros e juros e gastos similares de 18,2 milhões de euros, tendo havido uma diminuição do EBITDA em 41 milhões de euros face ao ano transato (-44,7%) que resultou do decréscimo, em idêntico montante, dos apoios ao funcionamento das entidades participadas pela Região Autónoma dos Açores.

Em 2022, a Região Autónoma dos Açores recebeu 3,1 milhões de euros de dividendos provenientes do Grupo EDA, e as transferências para as entidades do sector público empresarial

regional ascenderam a 399,7 milhões de euros, menos 97,6 milhões de euros do que no ano transato (-19,6%).

#### 4. PESO DO SPER NA ECONOMIA REGIONAL - 2022

As entidades que constituem o SPER da RAA têm um papel relevante na economia regional, quer pelos setores estratégicos onde se inserem, bem como pelo número de empregos produzidos e pelo valor acrescentado que geram.

**Tabela 30 – PESO/IMPORTÂNCIA DO SPER NA ECONOMIA REGIONAL – 2022**

(valores em milhares de euros)

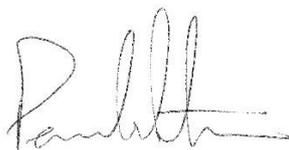
PESO DO SPER	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2014
<b>PIB Açores</b>	<b>5 110 000</b>	<b>4 421 000</b>	<b>4 163 000</b>	<b>4 487 030</b>	<b>4 284 984</b>	<b>4 110 578</b>	<b>3 973 064</b>	<b>3 706 261</b>
<b>População Empregada (4º Trimestre)</b>	<b>116 600</b>	<b>110 500</b>	<b>113 779</b>	<b>113 665</b>	<b>110 658</b>	<b>111 899</b>	<b>107 931</b>	<b>103 518</b>
<b>População Empregada no SPER - Total</b>	<b>7656</b>	<b>7738</b>	<b>7 535</b>	<b>7 314</b>	<b>7 263</b>	<b>6 991</b>	<b>6 792</b>	<b>6 472</b>
População Empregada no SPER - Sem Saúde	3 511	3 699	3 663	3 648	3 634	3 555	3 501	3 359
População Empregada no SPER - Saúde	4145	4039	3 872	3 666	3 629	3 436	3 291	3 113
<b>Peso no Emprego - SPER Total</b>	<b>6,57%</b>	<b>7,00%</b>	<b>6,62%</b>	<b>6,43%</b>	<b>6,56%</b>	<b>6,25%</b>	<b>6,29%</b>	<b>6,25%</b>
Peso no Emprego - SPER - Sem Saúde	3,01%	3,35%	3,22%	3,21%	3,28%	3,18%	3,24%	3,24%
Peso no Emprego - SPER - Saúde	3,55%	3,66%	3,40%	3,23%	3,28%	3,07%	3,05%	3,01%

- ✓ O PIB da RAA aumentou 258 milhões de euros relativamente a 2021, tendo atingido o valor de 5.110 milhões de euros, o que se deveu à retoma da economia, após a quebra abrupta da atividade económica resultante da pandemia de COVID-19;
- ✓ A população empregada no setor da saúde do SPER atingiu as 4145, enquanto nas restantes entidades do SPER totalizou 3511;
- ✓ O SPER e Entidades Controladas pela RAA representaram, em 2022, cerca de 6,5% da população empregada na RAA.

## 5. VOTAÇÃO DO RELATÓRIO

---

O Relator

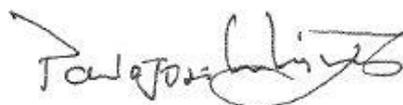


Paulo Silveira

O presente relatório foi aprovado por maioria com os votos a favor do PSD e CHEGA e abstenção do PS e BE.

Este documento fica como anexo ao Relatório e Parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2022.

O Presidente



Paulo Simões

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA  
DOS AÇORES



COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE  
ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

# RELATÓRIO E PARECER SETORIAL

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO N.º 14/XII  
CONTA DA REGIÃO DO ANO DE 2022

1 DE ABRIL DE 2024



## INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável reuniu no dia 1 de abril de 2024 para, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, proceder à apreciação, relato e emissão de parecer sectorial relativo à Proposta de Resolução n.º 14/XII - Conta da Região Autónoma do ano de 2022.

A supramencionada Proposta de Resolução foi enviada à Comissão Permanente de Economia, tendo ficado a aguardar a emissão do parecer pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas. Posteriormente foi enviada à Comissão dos Assuntos Parlamentares Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para relato e emissão de parecer sectorial.

O parecer da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, sobre a conta da Região do ano de 2022 foi emitido a 30 de outubro de 2023.

### CAPÍTULO I

## ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Compete à Assembleia Legislativa aprovar as contas da Região relativas a cada ano económico, nos termos do disposto no artigo 42.º, n.º 1, alínea b) do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro. O artigo 166.º do Regimento da Assembleia Legislativa dispõe que a Conta da Região respeitante a cada ano económico e os relatórios de execução anual do Plano são apreciados em conjunto pela Assembleia. A elaboração do parecer final incumbe à comissão formalmente competente, anexando os pareceres emitidos pelas restantes comissões, conforme dispõe o n.º 4 do artigo 167.º do citado Regimento.

De acordo com o disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovada na reunião Plenária de 15 de março de 2024, as matérias de planeamento e estatística, orçamento e contabilidade pública são competência da Comissão de Economia. Por seu turno, e nos termos da mesma disposição legal, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável é competente em matéria de Comunicação Social, Ambiente, Alterações Climáticas, Ordenamento do Território, Recursos Hídricos, Ordenamento do Espaço Marítimo, Orla Costeira, Política de Ocupação de Solos, Reservas Naturais e Ecológicas, Energia e Bem-estar Animal e Recursos Cinegéticos.



CAPÍTULO II

APRECIÇÃO DA CONTA

A Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2022, depois de aprovada pelo Conselho de Governo foi, nos termos legais, apresentada à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para efeitos de apreciação e aprovação, tendo sido remetida à Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, para parecer.

Para a apreciação da Conta, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável teve em consideração o Parecer do Tribunal de Contas supramencionado, assim como o Relatório de Execução Financeira do Plano Regional Anual de 2022, nas áreas de competência desta Comissão.

As áreas de competência da Comissão integram o Programa 1 – Informação, Comunicação e Cooperação Externa, mais concretamente o Apoio aos Media e o Jornal Oficial; o Programa 6 - Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, designadamente os sectores do Agro Ambiente, Clima e Agricultura Biológica, Melhoramento Genético e Bem-estar animal, Bem-estar de animais de companhia e errantes, o programa Life IP Climaz, ao Apoio à construção de um centro de treino animal para a AFAMA - Associação Faialense dos Amigos dos Animais, à Produção de espécies cinegéticas para repovoamento e ao Programa de investigação de espécies cinegéticas nos Açores, o Programa 7 - Pescas, Aquicultura e Assuntos do Mar, designadamente a Gestão e Requalificação da Orla Costeira e a Monitorização, Promoção, Fiscalização e Ação Ambiental Marinha o Programa 9 - Ambiente, Alterações Climáticas e Território e ainda o Programa 10 - Transportes, Turismo e Energia, designadamente os sectores da Eficiência Energética e Energias Renováveis, dos Serviços Energéticos, da Mobilidade Elétrica e da Política Energética.

Da análise aos documentos supramencionados e tendo em conta as áreas de maior incidência no âmbito da Comissão, foi possível apurar o seguinte:

Objetivos / Programa	Dotação Revista	Executado	Taxa
	Unidade: euro	Unidade: euro	Exec.
<b>1 - Informação, Comunicação e Cooperação Externa</b>			
<b>1.1 – Apoio aos Media</b>	1.012.500,00	703.358,00	69,47%
<b>1.2 – Jornal Oficial</b>	57.200,00	56,128,00	98,13%



<b>6 - Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural</b>			
<b>6.2 – Desenvolvimento Sustentável, Biodiversidade e Alterações Climáticas</b>			
<b>6.2.2 – Agro Ambiente, Clima e Agricultura Biológica</b>	1.502.900,00	1.502.900,00	100,0%
<b>6.2.4 – Melhoramento Genético e Bem-estar animal</b>	675.870,00	496.179,00	73,41%
<b>6.2.5 - Bem-estar de animais de companhia e errantes</b>	208.250,00	175.307,00	84,18%
<b>6.2.16 – Life IP Climaz</b>	612.955,00	514.547,00	83,95%
<b>6.2.20 – Apoio à construção de um centro de treino animal para a AFAMA - Associação Faialense dos Amigos dos Animais</b>	3.700,00	3.700,00	100,0%
<b>6.2.26 – Produção de espécies cinegéticas para repovoamento</b>	9.143,00	9.042,00	98,90%
<b>6.2.27 – Programa de investigação de espécies cinegéticas nos Açores</b>	0,00	0,00	0,00%
<b>7 - Pescas, Aquicultura e Assuntos do Mar</b>			
<b>7.6 - Gestão e Requalificação da Orla Costeira</b>	699.858,00	334.644,00	47,82%
<b>7.7 - Monitorização, promoção, fiscalização e ação ambiental marinha</b>	3.155.275,00	579.197,00	18,36%
<b>9 - Ambiente, Alterações Climáticas e Território</b>	20.803.249,00	11.905.597,00	57,23%
<b>10 - Desenvolvimento turístico, mobilidade e infraestruturas</b>			
<b>10.1 – Eficiência Energética e Energias Renováveis</b>	39.743.246,00	627.467,00	1,58%
<b>10.2 – Serviços Energéticos</b>	4.353.677,00	2.845.611,00	65,36%
<b>10.3 – Mobilidade Elétrica</b>	797.021,00	524.704,00	65,83%
<b>10.4 – Política Energética</b>	1.015.467,00	23.159,00	2,28%



Relativamente ao Programa 1, o projeto 1.1 – Apoio aos Media, verificou-se uma taxa de execução de 69,47%, o que correspondeu a um valor de execução de 703.358,00 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 1.012.500,00 euros. Enquanto o projeto 1.2 – Jornal Oficial, verificou-se uma taxa de execução de 98,13%, o que correspondeu a um valor de execução de 56.128,00 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 57.200,00 euros.

Quanto ao Programa 6, relativamente ao projeto 6. 2 – Desenvolvimento Sustentável, Biodiversidade e Alterações Climáticas, na ação 6.2.2 – Agro Ambiente, Clima e Agricultura Biológica, verificou-se uma taxa de execução de 100,0%, o que correspondeu a um valor de execução de 1.502.900,00 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 1.502.900,00 euros, enquanto que a ação 6.2.4 – Melhoramento Genético e Bem-estar animal, verificou-se uma taxa de execução de 73,41%, o que correspondeu a um valor de execução de 496.179,00 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 675.870,00 euros. Já a ação 6.2.5 - Bem-estar de animais de companhia e errante, verificou-se uma taxa de execução de 84,18%, o que correspondeu a um valor de execução de 175.307,00 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 208.250,00 euros, enquanto na ação 6.2.16 – Life IP Climaz, verificou-se uma taxa de execução de 83,95%, o que correspondeu a um valor de execução de 514.547,00 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 612.955,00 euros. Relativamente à ação 6.2.20 - Apoio à construção de um centro de treino animal para a AFAMA - Associação Faialense dos Amigos dos Animais, verificou-se uma taxa de execução de 100,00%, o que correspondeu a um valor de execução de 3.700,00 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 3.700,00 euros, enquanto na ação 6.2.26 – Produção de espécies cinegéticas para repovoamento, verificou-se uma taxa de execução de 98,90%, o que correspondeu a um valor de execução de 9.042,00 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 9.143,00 euros. Já a ação 6.2.27 - Programa de investigação de espécies cinegéticas nos Açores não teve qualquer execução.

Relativamente ao Programa 7, o projeto 7.6 – Gestão e Requalificação da Orla Costeira, verificou-se uma taxa de execução de 47,82%, o que correspondeu a um valor de execução de 334.644,00 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 699.858,00 euros, enquanto que no projeto 7.7 – Monitorização, Promoção, Fiscalização e Ação Ambiental Marinha, verificou-se uma taxa de execução de apenas 18,36%, o que correspondeu a um valor de execução de 579.197,00 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 3.155.275,00 euros



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

No que diz respeito ao Programa 9 – Ambiente, Alterações Climáticas e Território, foi efetuada uma despesa de 11.905.597,00 euros, sendo que a dotação revista para 2022 foi de 20.803.249,00 euros, neste sentido a execução em termos relativos corresponde a 57,23% da dotação revista.

Quanto ao Programa 10 - Transporte, Turismo e Energia, no que concerne aos projetos da competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no projeto 10.1 – Eficiência Energética e Energias Renováveis, verificou-se uma taxa de execução de apenas 1,58%, o que correspondeu a um valor de execução de 627.467,00 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 39.743.246,00 euros, no projeto 10.2 – Serviços Energéticos, verificou-se uma taxa de execução de 65,36%, o que correspondeu a um valor de execução de 2.845.611,00 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 4.353.677,00 euros, no projeto 10.3 – Mobilidade Elétrica, verificou-se uma taxa de execução de 65,83%, o que correspondeu a um valor de execução de 524.704,00 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 797.021,00 euros e no projeto 10.4 – Política Energética, verificou-se uma taxa de execução de apenas 2,28%, o que correspondeu a um valor de execução de 23.159,00 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 1.015.467,00 euros.

Relativamente ao Parecer da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas sobre a Conta da Região referente ao ano de 2022, foram formuladas Recomendações, não se tendo verificado qualquer Recomendação que respeite especificamente às áreas de competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

### CAPÍTULO III

#### SÍNTESE DA POSIÇÃO DOS PARTIDOS

O Grupo Parlamentar do PSD manifestou parecer favorável à aprovação da Conta da Região referente ao ano e de 2022.

Os Grupos Parlamentares do PS e CH e as Representações Parlamentares do BE e PAN abstiveram-se com reserva da sua posição para Plenário.



CAPÍTULO IV

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, concluiu a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável que a Proposta de Resolução n.º 14/XII – Conta da Região do ano de 2022, e no que se refere às áreas da sua competência, está em condições de ser apreciada em reunião Plenária, emitindo, parecer favorável, com os votos a favor do Grupo Parlamentar do PSD, as abstenções dos Grupos Parlamentares do PS e CH e das Representações Parlamentares do BE e PAN.

Este relatório e parecer será remetido à comissão permanente de economia.

Ponta Delgada, 1 de abril 2024

A Relatora em Exercício

(Maria Salomé Dias de Matos)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente,

Flávio Soares

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA  
DOS AÇORES



COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE  
POLÍTICA GERAL

# RELATÓRIO E PARECER SETORIAL

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO N.º 14/XII  
CONTA DA REGIÃO DO ANO DE 2022

17 DE ABRIL DE 2024



## INTRODUÇÃO

A Comissão de Política Geral reuniu no dia 17 de abril de 2024 para, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, proceder à apreciação, relato e emissão de parecer sectorial relativo à Proposta de Resolução n.º 14/XII - Conta da Região Autónoma dos Açores, relativa ao ano económico de 2022.

A supramencionada Proposta de Resolução foi enviada à Comissão de Economia, tendo ficado a aguardar a emissão do parecer pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas. Posteriormente foi enviada à Comissão de Política Geral, para emissão de parecer sectorial. O parecer da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, sobre a conta da Região do ano de 2022 foi emitido a 30 de outubro de 2023.

### CAPÍTULO I

#### ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Compete à Assembleia Legislativa aprovar as contas da Região relativas a cada ano económico, nos termos do disposto no artigo 42.º, n.º 1, alínea b) do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (EPARAA), com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro.

O Governo Regional apresentou os referidos documentos à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, no cumprimento do estipulado na alínea j) do artigo 88.º do EPARAA.

O artigo 166.º do Regimento da Assembleia Legislativa dispõe que a Conta da Região respeitante a cada ano económico e os relatórios de execução anual do Plano de Investimentos são apreciados em conjunto pela Assembleia Legislativa. A elaboração do parecer final incumbe à comissão formalmente competente, anexando os pareceres sectoriais emitidos pelas restantes comissões especializadas permanentes, conforme dispõe o artigo 167.º do citado Regimento.

De acordo com o disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2024/A, de 8 de abril, as matérias de planeamento e estatística, orçamento e contabilidade pública são competência da Comissão de Economia.

Por seu turno, e nos termos da mesma disposição legal, a Comissão Permanente de Política Geral Sustentável é competente em matéria de: Administração pública, regional e local; Organização



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

administrativa da região; Ordem e segurança pública e proteção civil; Comunidades Açorianas; Construção Europeia (sem prejuízo da competência, em razão da matéria, de outras Comissões); Tratados e acordos internacionais; Habitação e equipamentos; Arrendamento urbano; Urbanismo; Prevenção e segurança rodoviárias; Cooperação regional; Trabalho e formação profissional e; Concertação social e mecanismos de resolução alternativa de conflitos.

### CAPÍTULO II

### APRECIAÇÃO DA CONTA

Neste contexto, a Comissão de Política Geral procedeu à sua apreciação, tendo em conta as respetivas competências.

Assim, foram analisados os documentos, designadamente a Conta e respetivos anexos, o Relatório de Execução do Plano de Investimentos e o Relatório e Parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores emitido pelo do Tribunal de Contas a 30 de outubro de 2023, tendo-se elaborado o quadro que se segue e que reflete a percentagem de execução do Plano, relativamente às dotações previstas.

Objetivos / Programa	Dotação Revista	Executado	Taxa
	Unidade: euro	Unidade: euro	Exec.
<b>1 - Informação Comunicação e Cooperação Externa</b>			
<b>1.3 - Os Açores no Espaço Europeu</b>	474.800,00,00	286.949,00	60,44%
<b>1.4 – Relações com o atlântico e territórios de interesse estratégico para os Açores</b>	325.813,00	123.031,00	37,76%
<b>1.5 - Os Açores no Espaço Europeu</b>	185.536,00	96.769,00	52,16%
<b>2 – Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades</b>			



<b>2.6 Promoção, Reabilitação e Renovação Habitacional</b>	10.035.762,00	5.678.483,00	56,58%
<b>2.7 - Arrendamento Acessível e Cooperação</b>	11.297.445,00	8.769.613,00	77,62%
<b>2.8 - Equipamentos Públicos e Adequação Tecnológica</b>	475.147,00	225.173,00	47,39%
<b>2.9 - Recuperação dos efeitos da intempérie Lorenzo</b>	1.205.452,00	850.344,00	70,54%
<b>2.10 - Cooperação com os Municípios</b>	1.090.770,00	1.030.519,00	94,48%
<b>2.11 - Cooperação com as Freguesias</b>	958.765,00	619.253,00	64,59%
<b>2.12 - Emigrado e Regressado</b>	52.061,00	50.178,00	96,38%
<b>2.13 - Identidade Cultural e Açorianidade</b>	303.635,00	285.583,00	94,05%
<b>2.16 - Cooperação Institucional</b>	100.000,00	27.900,00	27,90%
<b>3 – Competitividade Empresarial e Administração Pública</b>			
<b>3.2 - Emprego e Qualificação Profissional</b>	172.820,00	71.653,00	41,46%
<b>3.3 - Modernização e Resstruturação da Administração Pública Regional</b>	4.425.542,00	1.439.519,00	32,53%
<b>3.4 - Eficiência no Serviço Público ao Cidadão</b>	215.150,00	167.000,00	77,62%
<b>5 – Saúde, Desporto e Proteção Civil</b>			



<b>5.14 Equipamentos e Comunicações</b>	1.143.000,00	719.745,00	62,97%
<b>5.15 Infraestruturas do SRPCBA</b>	678.533,00	646.778,00	95,32%
<b>5.17 Formação</b>	162.000,00	156.507,00	96,61%
<b>11 – Juventude, Emprego, Comércio e Energia</b>			
<b>11.2 Qualificação Profissional e Emprego</b>	29.783.279,00	25.038.291,00	84,07%
<b>12 – Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações</b>			
	122.692.992,00	84.284.421,00	68,70%

O projeto 1.3 – Coordenação da Atividade Governativa, a taxa de execução relativamente ao previsto foi de 60,44% o que correspondeu a um valor de execução de 286.949,00 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 474.800,00 euros.

O projeto 1.4 – Relações com o atlântico e territórios de interesse estratégico para os Açores, a taxa de execução relativamente ao previsto foi de 37,76% o que correspondeu a um valor de execução de 123.031,00 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 325.813,00 euros.

O projeto 1.5 – Os Açores no Espaço Europeu, a taxa de execução relativamente ao previsto foi de 52,16% o que correspondeu a um valor de execução de 96.769,00 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 185.536,00 euros.

O projeto 2.6 – Promoção, Reabilitação e Renovação Habitacional, a taxa de execução relativamente ao previsto foi de 56,58% o que correspondeu a um valor de execução de 5.678.483,00 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 10.035.762,00 euros.

O projeto 2.7 – Arrendamento Acessível e Cooperação, a taxa de execução relativamente ao previsto foi de 77,62% o que correspondeu a um valor de execução de 8.769.613,00 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 11.297.445,00 euros.



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O projeto 2.8 – Equipamentos Públicos e Adequação Tecnológica, a taxa de execução relativamente ao previsto foi de 47,39% o que correspondeu a um valor de execução de 225.173,00 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 475.147,00 euros.

O projeto 2.9 – Recuperação dos efeitos da intempérie Lorenzo, a taxa de execução relativamente ao previsto foi de 70,54% o que correspondeu a um valor de execução de 850.344,00 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 1.205.452,00 euros.

O projeto 2.10 – Cooperação com os Municípios, a taxa de execução relativamente ao previsto foi de 94,48% o que correspondeu a um valor de execução de 1.030.519,00 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 1.090.770,00 euros.

O projeto 2.11 – Cooperação com as Freguesias, a taxa de execução relativamente ao previsto foi de 64,59% o que correspondeu a um valor de execução de 619.253,00 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 958.765,00 euros.

O projeto 2.12 – Emigrado e Regressado, a taxa de execução relativamente ao previsto foi de 96,38% o que correspondeu a um valor de execução de 50.178,00 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 52.061,00 euros.

O projeto 2.13 – Identidade Cultural e Açorianidade, a taxa de execução relativamente ao previsto foi de 94,05% o que correspondeu a um valor de execução de 285.583,00 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 303.635,00 euros.

O projeto 2.16 – Cooperação Institucional, a taxa de execução relativamente ao previsto foi de 27,90% o que correspondeu a um valor de execução de 27.900,00 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 100.000,00 euros.

O projeto 3.2 – Emprego e Qualificação Profissional, a taxa de execução relativamente ao previsto foi de 41,46% o que correspondeu a um valor de execução de 71.653,00 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 172.820,00 euros.

O projeto 3.3 – Modernização e Reestruturação da Administração Pública Regional, a taxa de execução relativamente ao previsto foi de 32,53% o que correspondeu a um valor de execução de 1.439.519,00 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 4.425.542,00 euros.

O projeto 3.4 – Eficiência no Serviço Público ao Cidadão, a taxa de execução relativamente ao previsto foi de 77,62% o que correspondeu a um valor de execução de 167.000,00 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 215.150,00 euros.

O projeto 5.14 – Equipamentos e Comunicações, a taxa de execução relativamente ao previsto foi de 62,97% o que correspondeu a um valor de execução de 719.745,00 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 1.143.000,00 euros.



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O projeto 5.15 – Infraestruturas do SRPCBA, a taxa de execução relativamente ao previsto foi de 95,32% o que correspondeu a um valor de execução de 646.778,00 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 678.533,00 euros.

O projeto 5.17 – Formação, a taxa de execução relativamente ao previsto foi de 96,61% o que correspondeu a um valor de execução de 156.507,00 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 162.000,00 euros.

O projeto 11.2 – Qualificação Profissional e Emprego, a taxa de execução relativamente ao previsto foi de 84,07% o que correspondeu a um valor de execução de 25.038.291,00 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 29.783.279,00 euros.

Quanto ao Programa 12 – Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações, verificou-se uma taxa de execução de 68,70%, o que correspondeu a uma execução de despesa no valor de 84.284.421,00 euros. A dotação revista foi de 122.692.992,00 euros.

### CAPÍTULO III

#### SÍNTESE DA POSIÇÃO

Os Grupos Parlamentares do PSD, do CDS-PP e a Representação Parlamentar do IL manifestaram parecer favorável à aprovação da Conta da Região, referente ao ano de 2022.

Os Grupos Parlamentares do PS e do CH abstiveram-se com reserva da sua posição para Plenário.

### CAPÍTULO IV

#### CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, concluiu a Comissão de Política Geral que a Proposta de Resolução n.º 14/XII – Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2022, e no que se refere às áreas da sua competência, está em condições de ser apreciada em reunião Plenária, emitindo, parecer **favorável**, com os votos a favor dos Grupos Parlamentares do PSD, do CDS-PP, da Representação Parlamentar do IL e as abstenções dos Grupos Parlamentares do PS e do CH.

Este relatório e parecer será remetido à comissão permanente de economia.



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Ponta Delgada, 17 de abril de 2024

A Relatora

Maria Isabel Teixeira

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

José Eduardo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA  
DOS AÇORES



COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE  
ASSUNTOS SOCIAIS

RELATÓRIO E PARECER SETORIAL

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO N.º 14/XII  
CONTA DA REGIÃO DO ANO DE 2022

ABRIL DE 2024



## INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Assuntos Sociais reuniu para apreciação, relato e emissão de parecer sectorial, no dia 19 de abril de 2024, sobre a Proposta de Resolução n.º 14/XII - Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2022.

### CAPÍTULO I

#### ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Nos termos do disposto no artigo 42.º, n.º 1, alínea b) do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (EPARAA), com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, compete à Assembleia Legislativa aprovar as contas da Região relativas a cada ano económico.

O Governo Regional apresentou os referidos documentos à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, no cumprimento do estipulado na alínea j) do artigo 88.º do EPARAA.

O processo de apreciação e aprovação das Contas da Região pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores rege-se pelo previsto no respetivo Regimento.

Assim, o artigo 166.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores dispõe que a Conta da Região respeitante a cada ano económico e os relatórios de execução anual do Plano de Investimentos são apreciados em conjunto pela Assembleia Legislativa.

Por sua vez, o n.º 2 do artigo 167.º estabelece que os referidos documentos são enviados a todas as comissões especializadas permanentes para efeitos de elaboração de pareceres sectoriais, sendo que a elaboração do parecer final incumbe à comissão formalmente competente, anexando os pareceres sectoriais emitidos pelas outras comissões, de acordo com o estipulado no n.º 4 do mesmo artigo.

De acordo com o disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 14, aprovada na reunião Plenária de 15 de março de 2024, as matérias de planeamento e estatística, orçamento e contabilidade pública são competência da Comissão de Economia.

Contudo, nos termos da mesma disposição legal, compete à Comissão Permanente de Assuntos Sociais apreciar as matérias relativas a: Apoio à família e às migrações; Educação; Juventude;



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cultura; Ciência, investigação e inovação tecnológica; Solidariedade e segurança social; Igualdade de género e combate à discriminação; Pobreza e exclusão social; Promoção da infância; Apoio a idosos; Apoio a cidadãos com necessidades especiais; Serviço regional de saúde; Atividade privada de saúde no seu relacionamento com o Serviço Regional de Saúde; Saúde pública e comunitária; Saúde e desporto escolar; Prevenção e combate às dependências; Segurança alimentar; Promoção de estilos de vida saudáveis; Atividade desportiva profissional e não profissional.

### CAPÍTULO II

#### APRECIÇÃO DA CONTA

No cumprimento das suas atribuições, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais procedeu à análise da Conta da Região Autónoma dos Açores, do respetivo parecer emitido pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, datado de outubro de 2023, e do Relatório de Execução Financeira do Plano Regional Anual, nas áreas cujas competências lhe são inerentes.

A apreciação da Conta e respetivos anexos, do Relatório de Execução Financeira do Plano Regional Anual e do Parecer da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, permitiu à Comissão verificar que a taxa de execução financeira do Plano Regional Anual para 2022 situou-se em 66,18%, tendo atingido € 517 171 054,61.

Tendo por base a organização assumida pelos documentos de planeamento anteriormente citados, constata-se que as áreas de competência da Comissão de Assuntos Sociais se encontram aglutinadas em dois grandes Objetivos de Desenvolvimento, nomeadamente: “Reforçar a Qualificação, a Qualidade de Vida e a Igualdade de Oportunidades” e “Fomentar o Crescimento Económico e o Emprego, Sustentados no Conhecimento, na Inovação e no Empreendedorismo”.

Os referidos Objetivos de Desenvolvimento integram os Sectores da Juventude, da Educação, da Ciência, do Desporto, da Cultura, da Saúde e da Solidariedade Social, sobre os quais incide a presente análise.

Nestes sectores, o Relatório Anual de Execução Financeira do Plano Regional Anual de 2022 é o que consta do quadro seguinte:

<b>Objetivos / Programa</b>	<b>Dotação Revista</b>	<b>Executado</b>	<b>Taxa</b>
	<b>Unidade: euro</b>	<b>Unidade: euro</b>	<b>Exec.</b>



<b>2 - Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades</b>			
<b>2.1 – Apoio à Infância e Juventude</b>	2.015.673,00	1.086.391,32	53,90%
<b>2.2 – Apoio à família, Comunidade e Serviços</b>	4.536.159,00	1.927.750,67	42,50%
<b>2.3 – Apoio aos Cidadãos com Necessidades Especiais</b>	4.827.857,00	3.379.415,28	70,00%
<b>2.4 – Apoio a Idosos</b>	3.638.730,00	2.026.389,15	55,7%
<b>2.5 – Igualdade de Oportunidades, Inclusão Social e Combate à Pobreza</b>	19.395.500,00	16.435.094,93	84,74%
<b>2.12 – Emigrado e Regressado</b>	52.061,00	50.178,00	96,38%
<b>2.13 – Identidade Cultural e Açorianidade</b>	303.635,00	285.583,24	94,05%
<b>2.14 – Imigrado e Interculturalidade</b>	43.125,00	43.022,31	99,76%
<b>3 – Competitividade Empresarial e Administração Pública</b>			
<b>3.5 – Serviços Sociais</b>	215.150,00	167.000,00,	77,62%
<b>4 – Educação</b>	29.022.425,00	23.505.898,10	80,99%
<b>5 – Saúde, Desporto e Proteção Civil</b>	57.151.289,00	47.184.637,85	82,56%
<b>8 – Cultura, Ciência e Transição Digital</b>	16.520.989,00	9.406.121,40	56,93%
<b>11 – Juventude, Emprego, Comércio e Indústria</b>			
<b>11.1 – Juventude</b>	1.678.680,00	1.300.156,00	77,45%
<b>11.7* – AJEmCIA – Apoio à Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Artesanato</b>	200.000,00	173.938,00	86,97%
*Verifica-se a dotação de 197.000 para a totalidade das áreas, mas somente a “Juventude” é competência da Comissão de Assuntos Sociais.			



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O projeto 2.1 – Apoio à Infância e Juventude, a taxa de execução, relativamente à dotação revista de 2.015.673,00 euros, foi de 53,90%, o que correspondeu a um valor de execução de 1.086.391,32 euros.

O projeto 2.2 – Apoio à Família, Comunidade e Serviços, a taxa de execução, relativamente à dotação revista de 4.536.159,00 euros, foi de 42,50% o que correspondeu a um valor de execução de 1.927.750,67 euros.

O projeto 2.3 – Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais, a taxa de execução, relativamente à dotação revista de 4.827.857,00 euros, foi de 70,00%, o que correspondeu a um valor de execução de 3.379.415,28 euros.

O projeto 2.4 – Apoio a Idosos, a taxa de execução, relativamente à dotação revista de 3.638.730,00 euros, foi de 55,69%, o que correspondeu a um valor de execução de 2.026.389,15 euros.

O projeto 2.5 – Igualdade de Oportunidades, Inclusão Social e Combate à Pobreza, a taxa de execução, relativamente à dotação revista de 19.395.500,00 euros, foi de 84,74%, o que correspondeu a um valor de execução de 16.435.095,93 euros.

O projeto 2.12 – Emigrado e Regressado, a taxa de execução, relativamente à dotação revista de 52.061,00 euros, foi de 96,38%, o que correspondeu a um valor de execução de 50.178,00 euros.

O projeto 2.13 – Identidade Cultural e Açorianidade, a taxa de execução, relativamente à dotação revista de 303.635,00 euros, foi de 94,05%, o que correspondeu a um valor de execução de 285.583,24 euros.

O projeto 2.14 – Imigrado e Interculturalidade, a taxa de execução, relativamente à dotação revista de 43.125,00 euros, foi de 99,76%, o que correspondeu a um valor de execução de 43.022,31 euros.

O projeto 3.5 – Serviços Sociais, a taxa de execução, relativamente à dotação revista de 215.150,00 euros, foi de 77,62%, o que correspondeu a um valor de execução de 167.000,00 euros.

No que diz respeito ao Programa **4 - Educação**, foi efetuada uma despesa de 23.505.898,10 euros, sendo que a dotação revista para 2022 foi de 29.022.425,00 euros. Neste sentido, a execução em termos relativos corresponde a 80,99% da dotação revista.

Quanto ao Programa **5 - Saúde, Desporto e Proteção Civil**, foi efetuada uma despesa de 47.184.637,85 euros, sendo que a dotação revista para 2022 foi de 57.151.289,00 euros. Neste sentido, a execução em termos relativos corresponde a 82,56% da dotação revista.

Quanto ao Programa **8 - Cultura, Ciência e Transição Digital**, foi efetuada uma despesa de 9.406.121,409 euros, sendo que a dotação revista para 2021 foi de 16.520.989,00 euros. Neste sentido, a execução em termos relativos corresponde a 56,93% da dotação revista.



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O projeto 11.1 – Juventude, a taxa de execução relativamente ao previsto foi de 77,45% o que correspondeu a um valor de execução de 1.300.156,85 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 1.678.680,00 euros.

O projeto 11.7 – AJEmCIA - Apoio à Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Artesanato, a taxa de execução relativamente ao previsto foi de 86,97% o que correspondeu a um valor de execução de 173.938,15 euros sendo que, verifica-se que a dotação revista de 200.000,00 euros é para a totalidade das áreas, mas somente a “Juventude” é competência da Comissão de Assuntos Sociais. A destacar, temos a alta taxa de execução em alguns projetos, tal como o 2.14 Imigrado e Interculturalidade, com um valor de execução de 99,8% e no 2.13 Identidade Cultural e Açorianidade tendo sido executados 94,05% do valor cabimentado.

Em contrapartida, temos com baixa taxa de execução os seguintes projetos, o 2.2 Apoio à Família, Comunidade e Serviços, com um valor de execução de 42,5% e no 2.1 Apoio à infância e juventude com uma taxa de execução de 53,90%.

### CAPÍTULO III

#### SÍNTESE DA POSIÇÃO

O Grupo Parlamentar do PSD aprovou o relatório e emite parecer favorável à aprovação da Conta da Região referente ao ano e de 2022, *“tendo por base o entendimento de que cumpre os requisitos legais de enquadramento nas áreas da competência da presente Comissão, ademais as demonstrações financeiras e orçamentais foram objeto de certificação legal de contas, tendo sido emitido pelo Tribunal de Contas, um Juízo favorável.”*

O Grupo Parlamentar do CDS-PP aprovou o relatório e emite parecer favorável à aprovação da Conta da Região referente ao ano e de 2022.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista aprovou o relatório e emite parecer de abstenção com reserva de posição para plenário.

O Grupo Parlamentar do CHEGA absteve-se na aprovação do relatório e emite parecer de abstenção com reserva da sua posição para plenário.

### CAPÍTULO IV

#### CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, concluiu a Comissão de Assuntos Sociais que a Proposta de Resolução n.º 14/XII – Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2022, e no que se refere



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

às áreas da sua competência, está em condições de ser apreciada em reunião Plenária, emitindo, parecer favorável, com os votos a favor do Grupo Parlamentar do PSD e do CDS-PP, as abstenções dos Grupos Parlamentares do PS e do CH com reserva de posição para o plenário.

Este relatório e parecer será remetido à comissão permanente de economia.

Ponta Delgada, 19 de abril de 2024

O Relator

Russell Sousa

O presente relatório foi aprovado por **maioria**, com os votos a favor do PSD, PS, CDS-PP e a abstenção do CHEGA.

A Presidente

Sandra Costa Dias